

Relatórios de execução anuais e finais do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego

PARTE A

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL/FINAL

CCI	2014PT16CFOP001
Título	Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
Versão	2016.1
Data de aprovação do relatório pelo comité de acompanhamento	22/Jun/2017

2. PANORÂMICA DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 2, E 111.º, N.º 3, ALÍNEA A), DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

2.1. Informações principais sobre a execução do programa operacional no ano em causa, incluindo sobre os instrumentos financeiros, com base nos dados financeiros e indicadores.

O ano de 2016 ficou marcado por uma intensa abertura de Avisos para a maioria das áreas de intervenção do POSEUR, depois de asseguradas as necessárias condições regulamentares e normativas e o cumprimento das Condicionalidades *Ex-ante* (CEA). No final de 2016 verificava-se um elevado nível de disponibilização de Fundo de Coesão (FC) nos Avisos abertos (48% do programado), o que, aliado a uma elevada procura por parte das entidades beneficiárias, permitiu um avanço significativo na taxa de compromisso de FC com projetos aprovados, a qual passou de 4,8% em 2015, para 31,8% no final de 2016, tendo a taxa de execução ascendido a 2,3%.

Em 2016, foram lançados 47 avisos que disponibilizaram um total de 503 milhões de euros de FC, tendo sido apresentadas 1.227 candidaturas que solicitaram um FC total de 959 milhões de euros. Neste ano, foram aprovadas 501 candidaturas, com um total de FC atribuído de 609 milhões de euros. Em termos acumulados e até 31.12.16, das 1.514 candidaturas entradas, foram decididas 815, das quais 528 operações foram aprovadas e 287 não aprovadas. As candidaturas aprovadas têm um custo total elegível de 892 milhões de euros e absorvem 717 milhões de euros de FC e a sua execução financeira em 2016 ascendeu a 61 milhões de euros de despesa elegível e 52 milhões de Fundo.

Todas as operações aprovadas respeitam a apoios não reembolsáveis, à exceção do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU2020) (Eixo 1 – PI 4.3, que respeita a apoio através de empréstimo ou equivalente. (ver relatório de execução do IFRRU2020 no Quadro 14).

No que respeita aos indicadores de realização comuns e específicos do Programa, verificou-se em 2016 um progresso no contributo das operações aprovadas para cada um dos indicadores, existindo indicadores que já ultrapassam a meta global prevista no programa, enquanto outros ainda não evidenciam um contributo relevante. Verifica-se já um contributo para a concretização das metas de alguns indicadores, decorrente da implementação no terreno das operações aprovadas, não sendo todavia ainda muito significativo devido à reduzida taxa de execução. Relativamente aos indicadores de resultado, verifica-se genericamente, uma evolução positiva (ver ponto 11.1.).

Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se que a dominante é a Administração Pública (41,4%), seguida da Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (29,2%) e das Atividades associadas ao ambiente e alterações climáticas (16,6%). Quando considerada a execução das operações aprovadas, destaca-se a dimensão associada à Construção (44,5%) e à Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e

despoluição (25,7%).

Considerando a distribuição por tipo de território, verificamos que 35,5% do investimento cofinanciado é aplicado em Grandes zonas urbanas (densamente povoadas > 50 000 hab.), 28,3% beneficia Zonas rurais (escassa densidade populacional) e 25,3%, beneficia Pequenas zonas urbanas (densidade intermédia > 5 000 hab.). A execução encontra-se em linha com o compromisso - 63% nas Grandes Zonas Urbanas, 19% nas zonas rurais e 17% nas pequenas zonas urbanas.

Quanto à localização por NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do custo elegível comprometido: 24% na Região Centro, 19% na Região Norte, 14% na Região Alentejo, 13% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 12% na Região de Lisboa, 9 % na Região Autónoma dos Açores e 8% na Região do Algarve. Destaca-se, pelo avanço no grau de implementação dos projetos, a execução das operações aprovadas na RAM, que representavam no final de 2016, 47% do custo total elegível no POSEUR.

Relativamente ao cumprimento das CEA fixadas no POSEUR, verificou-se um avanço muito positivo durante o ano de 2016, tendo a Comissão Europeia aceitado formalmente o cumprimento da CEA 4.1 (Eixo 1/PI 4.3 – Eficiência Energética em Edifícios), da CEA 5.1 (Eixo 2/PI 5.1 e 5.2 – Adaptação às Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos na RAM), e da CEA 6.2 (Eixo 3/PI 6.2 – Setor dos Resíduos). No que respeita à CEA 6.1 (Eixo 3/PI 6.2 – Setor da Água) foram aprovados e carregados na plataforma WISE até ao final de 2016 todos os Planos de Gestão de Região Hidrográfica do Continente e da RAM, tendo sido comunicado pela COM o cumprimento desta CEA a 22.05.17.

No que respeita aos princípios horizontais da União, o PO dá um contributo muito relevante para o princípio do desenvolvimento sustentável das regiões abrangidas e para os objetivos em matéria de alterações climáticas (26% do fundo aprovado). Na igualdade de oportunidades e não discriminação é de salientar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida nas infraestruturas de uso público cofinanciadas e, nas infraestruturas operacionais de proteção civil, as intervenções que visam incrementar a sua utilização por elementos do sexo feminino, permitindo que as/os agentes desenvolvam as suas atividades operacionais em circunstâncias de igualdade.

O PO concretizou em 2016 progressos em matéria de implementação de abordagens territoriais integradas de desenvolvimento, através da abertura de Avisos para a apresentação de candidaturas no âmbito dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) contratualizados em 2015, visando a prossecução dos investimentos previstos nos Instrumentos Territoriais Integrados das PI 5.1, 5.2 e 6.1 do PO, no qual consta uma dotação indicativa de 8,5 milhões de euros, que foi ultrapassada com os Pactos celebrados, os quais ascenderam a 13,5 milhões de euros.

Para além de alguns atrasos na abertura de Avisos no âmbito da PI 4.3 até à aprovação da CEA 4.1., também as questões relativas aos Auxílios de Estado condicionaram a dinâmica de implementação do PO, nomeadamente pelos aspetos relacionados com a preparação das pré-notificações à COM e obtenção das decisões prévias à abertura de Avisos e aprovação de operações nos seguintes domínios: Eficiência Energética nos

Transportes Públicos, Mobilidade Elétrica, Produção de Energia por Fontes Renováveis e Valorização de Resíduos Urbanos. Em relação a este último, é de salientar que a pré-notificação foi submetida à COM, em junho de 2016 e não teve ainda resposta, afetando a aprovação das candidaturas apresentadas no final de 2015, cujo total de FC ascende a 71,8 milhões de euros.

Outra condicionante para a execução do PO teve origem nas dificuldades de arranque das operações a cargo de entidades públicas, devido ao quadro regulamentar e autorizações orçamentais prévias ao investimento, que atrasam o início da sua execução no terreno. Esta situação tem grande relevância na implementação das operações aprovadas e levou à adoção pela CIC PT 2020 no final de 2016 de medidas de incentivo à aceleração da execução, através de um regime transitório de majoração das taxas de cofinanciamento em 10 pontos percentuais, a atribuir até ao final de 2017 às operações aprovadas no âmbito de avisos do Eixo 2 abertos até 31.12.16.

3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
1	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	<p>Em 2016, foram abertos 8 Avisos no âmbito do Eixo 1, que abrangeram as seguintes PI: PI 4.1 - produção e distribuição de fontes de energia renovável (realização de estudos e de projetos de produção de energia), PI 4.3 - eficiência energética na administração pública central (medidas de eficiência energética em edifícios e campanhas de sensibilização) e eficiência energética na habitação particular (instrumento financeiro IFRRU 2020 e campanhas de sensibilização) e PI 4.5 - mobilidade urbana sustentável (instalação de postos de carregamento elétrico e atualização tecnológica) e eficiência energética nos transportes públicos. Foram submetidas 64 candidaturas e aprovadas 27 durante o ano de 2016, cujo total de Fundo de Coesão atribuído ascendeu a 96,7 milhões de euros.</p> <p>No final de 2016 encontrava-se comprometido com os projetos aprovados um total de 96,7 milhões de euros de Fundo de Coesão (taxa de compromisso de 12,8%), correspondente a 159,1 milhões de euros de custo total elegível. De destacar durante o ano de 2016, a aprovação do financiamento do POSEUR para o IFRRU2020, com uma dotação de 40 milhões de euros de Fundo de Coesão, o que constituiu um avanço importante para a implementação da eficiência energética na habitação particular. Relativamente à execução financeira do Eixo 1, a mesma era ainda inexpressiva no final de 2016 (97 mil euros de custo total elegível e fundo), dado o fraco nível de implementação dos projetos no terreno, em grande parte devido ao longo período de tempo necessário para a implementação dos diversos domínios até à concretização dos investimentos pelos beneficiários finais. Estas questões serão retomadas em maior detalhe no ponto 11.1.</p>
2	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	<p>Em 2016, foram abertos 26 avisos nas PI 5.1 e 5.2., abrangendo a Adaptação às Alterações Climáticas, a Proteção do Litoral e a Prevenção e Gestão de Riscos, tendo também sido mobilizadas as dotações afetadas aos PDCT, com a abertura de 9 Avisos destinados às respetivas candidaturas. Foram submetidas 422 candidaturas, das quais foram aprovadas 122, que absorveram um montante total de FC de 115,2 milhões de euros. Transitou para 2017 a decisão de um número bastante significativo de operações, dado o elevado número de candidaturas submetidas em 2016.</p> <p>No final de 2016 encontravam-se aprovadas 130 operações, com um custo total elegível de 196,3 milhões de</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
		<p>euros e uma dotação de FC de 166,8 milhões de euros (41,6% do Eixo). A taxa de execução financeira do Eixo 2 no final de 2016 era de 6,5% do fundo programado, com um custo total elegível executado de 30,6 M€ e fundo de 26 M€, sendo de destacar o contributo para este indicador das operações no domínio da Prevenção e Gestão de Riscos contra Cheias e Inundações na RAM. As operações aprovadas/contratadas já contribuem para todos os indicadores de realização da PI 5.1 e da PI 5.2. O nível de implementação do Eixo (15,6% de taxa de realização financeira dos projetos aprovados) é elevado e existem já contributos relevantes das intervenções concretizadas, nomeadamente na área da proteção costeira (km de faixa costeira intervencionada).</p> <p>Existe a necessidade de realocação de prioridades dentro do Eixo, que decorrem do facto de não ser viável no contexto atual a aquisição de meios aéreos, não existindo assim possibilidade de contributo para o indicador de desempenho relativo aos Equipamentos Aéreos adquiridos. Estas questões serão retomadas em maior detalhe no ponto 11.1</p>
3	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	<p>Em 2016 foram abertos 12 Avisos, abrangendo a PI 6.1, 6.2, 6.4 e 6.5, incluindo a mobilização da dotação afeta aos PDCT para ações de sensibilização e informação no setor dos resíduos. Foram submetidas 739 candidaturas, com destaque para o Aviso da PI 6.2 no qual foram submetidas 622 candidaturas no âmbito do Ciclo Urbano da Água (CUA).</p> <p>Em 2016 foram aprovadas 350 operações, às quais foi atribuído um total de 395 milhões de euros de FC. Em 31.12.16 estavam aprovadas 368 candidaturas, com um custo total elegível de 510,4 milhões de euros e 431,2 milhões de euros de fundo atribuído (41,3% do Eixo). A taxa de execução financeira atingiu no final de 2016, 3,7%, com um custo total elegível de 25,8 M€ e fundo de 21,9 M€, sendo de destacar o contributo do CUA e da Recuperação de Passivos Ambientais. A falta de resposta da Comissão Europeia (DG COMP) sobre o processo de pré-notificação de Auxílios de Estado no domínio dos Resíduos Urbanos, submetido em junho de 2016, afeta a aprovação de 22 candidaturas submetidas em janeiro de 2016 e a implementação dos projetos neste domínio.</p> <p>As operações aprovadas já contribuem para os indicadores de realização de todas as suas PI deste eixo e existem já algumas realizações decorrentes da sua execução. A implementação das operações de abastecimento de água, limitada ao fecho de sistemas e à melhoria da qualidade, e a suspensão do IF para apoio aos projetos de eficiência no abastecimento de água e saneamento, estando em avaliação a sua não implementação, permitem concluir pela desadequação da mobilização do indicador do quadro de desempenho “População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água”. Estas questões serão retomadas em maior detalhe no ponto 11.1.</p>

ID	Eixo prioritário	Informações principais sobre a execução do eixo prioritário, no que se refere aos principais desenvolvimentos, aos problemas mais significativos e às medidas tomadas para a sua resolução
4	Assistência técnica	<p>Em 2016, foi aberto um Aviso no Eixo 4, dirigido aos Organismos Intermédios, no âmbito do qual foram apresentadas 2 candidaturas para permitir o financiamento das atividades da estrutura associada ao Organismo Intermédio do POSEUR para os investimentos na Região Autónoma da Madeira – Instituto do Desenvolvimento Regional, IP-RAM, para o período 2015-2019 e o financiamento das atividades a realizar até ao final de 2017 pela estrutura na Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna necessárias ao encerramento das operações aprovadas pelo POVT, no âmbito do Eixo II - Prevenção e Gestão de Riscos. Estas duas candidaturas foram aprovadas, com um montante total de Fundo de Coesão atribuído de 1,9 milhões de euros.</p> <p>O montante total de Fundo de Coesão atribuído a todas as operações aprovadas neste Eixo até ao final de 2016 (incluindo a candidatura da Assistência Técnica do POSEUR que tinha sido aprovada em 2015) é de 21,9 milhões de euros de fundo, correspondente a 25,8 milhões de euros de custo total elegível. No final de 2016, a taxa de compromisso da dotação de Fundo de Coesão programada neste eixo era de 44,3% e a taxa de execução de 8,4%.</p> <p>Também neste eixo as operações aprovadas já contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa e para o indicador de resultado associado a este Objetivo Específico.</p>

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos dos programas (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixos prioritários que não a assistência técnica

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4i - Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW		56,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW		56,00			30,00			Contributo do GP Aproveitamento Hidroelétrica da Calheta Pondera-se a proposta de revisão da meta final deste indicador, assim que oportuno, dado que existiram pressupostos que não foram corretamente aplicados aquando da

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											definição da meta. Será ajustada para 46 MW, tendo em conta que a operação da RAM contribui com uma capacidade instalada de 30 MW (1,8M€ de custo/MW) e os projetos piloto com um acréscimo previsto de 16 MW (5M de custo/MW). Os pressupostos estavam corretamente definidos mas não foram corretamente aplicados para o cálculo da meta.
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		28.200,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		28.200,00			10.754,00	0,00	0,00	Contributo do GP Aproveitamento Hidroelétrica da Calheta.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa						
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4i - Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis
Objetivo específico	1 - Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética.

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R411E	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional	MW		754,30	2013	863,00			<p>Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Na primeira oportunidade, será proposta uma alteração da designação do indicador para “Produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis através de novas tecnologias ou tecnologias pouco disseminadas no território nacional” e da sua metodologia, para incorporar mais 2 fontes de energia (Eólica offshore e solar de concentração), em linha com o PNAER, uma vez que a meta estava subestimada considerando apenas a geotérmica, marés e ondas e biomassa (atualização da baseline: 756,30 MW e meta: 940MW). Os valores reportados no REA 14-15 foram ajustados de acordo com a metodologia explicitada.</p> <p>Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores</p>

									Portugal 2020.
R412E	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	%		27,00	2011	35,00			<p>Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Na primeira oportunidade, será proposta uma atualização do valor base para 22,91 % (valores normalizados), para alinhar com a metodologia descrita e com a meta que foi definida em valores normalizados, tendo existido um lapso na definição da bseline. Os valores reportados no REA 14-15 foram alvo de ligeiro ajustamento no sentido de contabilizar valores normalizados .</p> <p>Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.</p>

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R411E	Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional	764,63		742,43	
R412E	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM	27,52		27,47	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Famílias		16.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuíam para este indicador.
S	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Famílias		16.000,00			3.200,00	0,00	0,00	Contributo da operação do IFRRU 2020.
F	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano		500.000.000,00			0,00	0,00	0,00	
S	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano		500.000.000,00			0,00	0,00	0,00	Sem operações aprovadas a 31.12.2016. Espera-se evolução muito positiva em 2017, com o resultado do Aviso aberto cuja 1ª fase terminou em dezembro de 2016 e a 2ª fase em abril de 2017, relativa aos projetos de

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											eficiência energética na administração pública.
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		80.640,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de CO2 equivalente		80.640,00			2.304,00	0,00	0,00	Contributo da operação do IFRRU 2020. Espera-se evolução muito positiva em 2017, com o resultado do Aviso aberto cuja 1ª fase terminou em dezembro de 2016 e a 2ª fase em abril de 2017, relativa aos projetos de eficiência energética na administração pública.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO32	Eficiência energética: Redução anual do consumo de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		primária nos edifícios públicos						
F	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
Objetivo específico	1 - Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do estado

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R432	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	tep		283.138,00	2010	198.196,00			Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Os valores reportados no REA 14-15 foram ajustados decorrente de uma atualização dos valores dos consumos pela DGEG.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R432	Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	254.076,00		239.414,00	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iii - Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.
Objetivo específico	2 - Aumento da eficiência energética no setor habitacional

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R433	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	tep		2.657.035,00	2010	1.992.776,00			<p>Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Na primeira oportunidade, será proposta uma atualização da baseline para 4.827.194 tep e da meta para 3.258.803 tep, decorrente da necessária conversão de energia final para energia primária efetuada pela DGEG, em consonância com a designação e descrição da metodologia do indicador, o que por lapso não se observou aquando da definição da baseline e da meta. Os valores reportados no REA 14-15 também foram convertidos em energia primária de acordo com o explicitado.</p> <p>Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.</p>

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R433	Consumo de energia primária na habitação (particulares)	4.072.921,00		4.089.005,00	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iv - Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Utilizadores		1.200.000,00			0,00	0,00	0,00	
S	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Utilizadores		1.200.000,00			0,00	0,00	0,00	

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		inteligentes						

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4iv - Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão
Objetivo específico	1 - Potenciar o aumento da eficiência energética através do desenvolvimento de redes inteligentes que permitam dotar os consumidores da informação e ferramentas necessárias e criar sinergias tendo em vista a redução de custos

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R441	Taxa de penetração de sistemas de contagem	%		0,00	2013	20,00			Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Os dados de 2015 foram ligeiramente atualizados de acordo com a informação reportada pela fonte de dados (DGEG), face ao reportado no REA 14-15 (passando de 4,24 para 4,23).

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R441	Taxa de penetração de sistemas de contagem	4,23		1,66	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	Nº		800,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	Nº		800,00			1.480,00	0,00	0,00	Na primeira oportunidade, será proposta uma revisão da meta para efeitos da sua adequação à designação do indicador - na designação é referido "pontos de carregamento" e a meta está definida em "postos de carregamento".
F	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep		8.000,00			0,00	0,00	0,00	

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	de	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
S	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	tep			8.000,00			0,00	0,00	0,00	Dadas as questões relacionadas com a notificação no âmbito de auxílios de estado, referenciadas no ponto 11.1, o Aviso para apresentação de candidaturas abriu em outubro de 2016, tendo decorrido até março de 2017, facto que justifica que não exista ainda contributo para este indicador. Espera-se evolução muito positiva em 2017, com o resultado do Aviso aberto.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O453	Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Objetivo específico	1 - Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R452	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	%		0,90	2012	1,40			Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Os valores reportados no REA 14-15 foram ligeiramente ajustados decorrente de uma atualização dos valores das poupanças pela DGEG.

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R452	Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos	0,96		0,95	

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
Prioridade de Investimento	4v - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação
Objetivo específico	2 - Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e da mobilidade sustentável

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R453	Veículos elétricos	N.º		456,00	2013	33.663,00			<p>"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Na primeira oportunidade, será proposta uma atualização do valor base para 2.833 veículos elétricos, tendo em conta a metodologia descrita no indicador que inclui todas as categorias de veículos elétricos (incluindo plug-in): ligeiros de passageiros, de mercadorias, autocarros e motociclos, tendo-se confirmado que a meta foi calculada com base nesta abrangência, e que por lapso, a baseline não o foi. Os valores reportados no REA 14-15 foram ajustados de acordo com a metodologia explicitada. No entanto, não existem dados disponíveis para ano 2014, pelo que se considera este ano sem evolução (igual à baseline 2.833)."</p>

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R453	Veículos elétricos	4.106,00		2.833,00	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5i - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Nº		77,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	Nº		77,00			218,00	0,00	0,00	Encontra-se em ponderação proposta de revisão em alta para efeitos de adequação da meta aprovada. O custo unitário dos planos por município é inferior ao previsto devido ao efeito de escala das operações apresentadas por CIM/Associações de Municípios, no âmbito dos PCDT.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O511	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5i - Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas
Objetivo específico	1 - Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, sectoriais e territoriais

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R511	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	%		0,00	2012	30,00			Sem dados disponíveis

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R511	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	0,00		0,00	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas		1.500.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas		1.500.000,00			954.714,00	0,00	0,00	Resulta do contributo das operações relativas aos projetos aprovados no âmbito da redução de riscos de cheias e inundações.
F	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	Pessoas		5.000.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	Pessoas		5.000.000,00			1.568.117,00	0,00	0,00	Resulta do contributo das operações relativas aos projetos aprovados no âmbito da redução de riscos de incêndios

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	de	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
												florestais.
F	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km			50,00			5,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas, designadamente Alimentação artificial da praia de Canide - Sul; Intervenções de Reforço da proteção costeira entre Póvoa do Varzim e Espinho e Operação - Reabilitação da Estrutura aderente de proteção de da Praia da Granja, Vila Nova de Gaia; de acordo com os cronogramas de execução das operações aprovadas, prevê-se um grande avanço na execução deste indicador em 2018.
S	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km			50,00			43,00	0,00	0,00	
F	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº			2,00			0,00	0,00	0,00	
S	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº			2,00			0,00	0,00	0,00	

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(I)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		inundações						
S	CO20	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	125.267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO21	Prevenção e gestão de riscos: População que beneficia de proteção contra incêndios florestais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
Objetivo específico	1 - Proteção do litoral e das suas populações face a riscos, especialmente de erosão costeira

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R522	Linha de costa continental em situação crítica de erosão	%		14,00	2013	9,00	13,49		

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R522	Linha de costa continental em situação crítica de erosão	14,00		14,00	

Eixo prioritário	2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Prioridade de Investimento	5ii - Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes
Objetivo específico	2 - Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as instituições envolvidas

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R524	Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas	Nº		89	2013	<50			<p>"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Os valores reportados no REA 14-15 foram ajustados de acordo com os dados publicados pelo INE no Portal dos Indicadores do Portugal 2020, sendo que a metodologia do indicador diz respeito ao número médio de incêndios florestais ativos, nos últimos 3 anos, com duração superior a 24H, os dados apurados são os seguintes:</p> <p>Média 2014 (89): 2014 (17), 2013 (172), 2012 (78).</p> <p>Média 2015 (87): 2015 (73), 2014 (17), 2013 (172).</p> <p>"</p>

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R524	Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas		87		89

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6i - Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Toneladas/ano		91.000,00			2.187,00	0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas a 31.12.2016, designadamente Cantanhede Recicla – Ações Materiais; Implementação do Sistema Pay-as-You-Throw (PAYT) no Centro Histórico de Guimarães; LIPOR2020 - Prevenção e valorização da fração orgânica de resíduos urbanos e Operação - Potenciação e valorização da fração multimaterial da LIPOR.

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
S	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Toneladas/ano		91.000,00			44.716,00	0,00	0,00	Encontra-se em ponderação proposta de revisão em alta da meta do indicador. Considerando as operações que estão a aguardar decisão (já com processo de seleção concluído e reunindo condições de aprovação) dependentes da resposta ao processo de pré-notificação que está a ser analisado pela DGComp e as operações que estão ser apoiadas, conclui-se pela necessidade de ajustamento de alguns dos pressupostos subjacentes à definição da meta.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO17	Resíduos sólidos: Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	61 - Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	1 - Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R611	Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis	%		24,00	2012	50,00			"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Dados publicados nas Estatísticas do Ambiente - 2015 (Figura 6.5, fonte: Agência Portuguesa do Ambiente. INE, Estatísticas dos Resíduos Urbanos. "
R613	Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995	%		63,00	2012	35,00			"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Dados publicados nas Estatísticas do Ambiente - 2015 (Figura 6.5, fonte: Agência Portuguesa do Ambiente. INE, Estatísticas dos Resíduos Urbanos. "

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R611	Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis	36,00		29,00	
R613	Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995	45,00		52,00	

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Pessoas		1.820.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Pessoas		1.820.000,00			55.177,00	0,00	0,00	
F	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população		2.470.000,00			4.500,00	0,00	0,00	Contributo das operações que se encontram concluídas a 31.12.2016, designadamente Sistema do Faralhão - Emissário e Conduta elevatória para Ligação à ETAR de Setúbal - 1ª Fase; Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês- 4ª Fase - Rio de Galinhas e

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											Monforte; considerando as operações aprovadas e os respetivos cronogramas de execução, prevê-se um grande avanço no que respeita à execução deste indicador em 2018.
S	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população		2.470.000,00			1.041.785,00	0,00	0,00	O contributo para este indicador resulta das operações promovidas pelas entidades gestoras em baixa, de acordo com a classificação da ERSAR.
F	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	Equivalente de população		1.430.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	Equivalente de população		1.430.000,00			395.737,00	0,00	0,00	O contributo para este indicador resulta das operações promovidas pelas entidades gestoras em alta, de acordo com a classificação da ERSAR.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
-----	----	-----------	------------	-------------	---------------	------------	-------------	---------------

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	250.419,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O623	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	1 - Investimentos nos recursos hídricos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e a atender às necessidades de investimento identificadas, em particular a melhoria da qualidade das massas de águas

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R624	Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior")	%		53,00	2012	70,00			O reporte deste indicador deverá ser trienal, dado que o indicador que a APA reporta no âmbito da Diretiva Quadro da Água tem periodicidade de reporte supra-anual (correspondente aos ciclos de planeamento da DQA) sendo que, de 3 em 3 anos, é efetuada uma avaliação intercalar. Para o período 2012-2015, o indicador não registou evolução."

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R624	Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa	53,00		53,00	

	ou Superior")				
--	---------------	--	--	--	--

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6ii - Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros
Objetivo específico	2 - Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R621	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa	%		60,00	2011	75,00			"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020."
R622	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa	%		49,00	2011	69,00			"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis. Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020. "
R625	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras	%		73,00	2011	83,00			"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis"

	em alta								<p>Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.</p> <p>Considerando a performance do indicador, cuja justificação se apresenta no Ponto 11.1 do Relatório, pondera-se a alteração da baseline e da meta em linha com a reorganização do setor no que respeita às entidades gestoras em alta que existiu em 2015."</p>
R626	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta	%		65,00	2011	80,00			<p>"Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis.</p> <p>Este indicador está integrado no SEN e publicado no Portal INE Indicadores Portugal 2020.</p> <p>Considerando a performance do indicador, cuja justificação se apresenta no Ponto 11.1 do Relatório, pondera-se a alteração da baseline e da meta em linha com a reorganização do setor no que respeita às entidades gestoras em alta que existiu em 2015."</p>

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R621	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa	65,00		67,00	
R622	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa	55,00		55,00	
R625	Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de	72,00		73,00	

	Serviço - AA - Entidades gestoras em alta				
R626	Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta	64,00		72,00	

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iii - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Hectares		200.000,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuíam para este indicador.
S	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	Hectares		200.000,00			192.276,00	0,00	0,00	
F	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	ha		1.500.000,00			1.563.939,00	0,00	0,00	Contributo da operação “Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental” já concluída.
S	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por	ha		1.500.000,00			306.291,00	0,00	0,00	A meta do PO será potencialmente atingida com a

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
		cartografia de valores naturais protegidos									operação Desenvolvimento dos trabalhos preparatórios ao processo de designação de Zonas Especiais de Conservação – CART-PG RN2000", que corresponde à superfície terrestre dos Sítios da de Importância Comunitária (SIC RN2000) alvo de cartografia de habitats. Existem outras operações aprovadas que contribuem para este indicador, mas que incidem sobre a mesma área da operação acima identificada, embora com objetos específicos de levantamento cartográfico distintos, que se relacionam com determinadas espécies ou habitats.

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO23	Natureza e biodiversidade: Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
		de conservação						
F	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	1.563.939,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O641	Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iii - Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes
Objetivo específico	1 - Conservação, gestão, ordenamento e conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R641	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats	%		60	2012	70-75			<p>Sem dados disponíveis, sendo que a frequência de relato é de 6 em 6 anos, só se perspetiva a apresentação de resultados no ano 2017.</p> <p>Dado que existem metodologias diferentes subjacentes à avaliação do conhecimento do estado de conservação de espécies e habitats e à avaliação do conhecimento dos estatutos de ameaça, não sendo possível harmonizar estas 2 dimensões, a componente relativa aos estatutos de ameaça deveria deixar de ser considerada na designação do indicador, que passaria a designar-se: Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação de espécies e habitats. A baseline foi definida tendo como referência a Avaliação 2007-2012, ao conhec. sobre o estado de conservação das espécies, não tendo sido incorporado o índice de conhecimento sobre o estado de conservação dos habitats. Na 1ª</p>

									oportunidade propõe-se atualizar a base line para 68% e revisão meta
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R641	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats				

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iv - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	Hectares		122,00			0,00	0,00	0,00	Não existem, no final de 2016, operações plenamente executadas que contribuam para este indicador.
S	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	Hectares		122,00			7,00	0,00	0,00	Encontra-se em ponderação a proposta de revisão da meta aprovada, pois os pressupostos que levaram à sua definição estavam incorretos, na medida em que contemplavam a área total do passivo ambiental por remediar, de acordo com a situação conhecida à data e não a área que seria objeto de intervenção de descontaminação efetiva.

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	O652	Superficial total mineira reabilitada	Hectares		245,00			2,00	0,00	0,00	Contributo da operação Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira da Urgeiriça - Fase Final apresenta execução a 31.12.2016, decorrente da conclusão de uma das ações previstas na operação.
S	O652	Superficial total mineira reabilitada	Hectares		245,00			122,00	0,00	0,00	

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	CO22	Reabilitação dos solos: Superfície total de solos reabilitados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	O652	Superficial total mineira reabilitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	O652	Superficial total mineira reabilitada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
Prioridade de Investimento	6iv - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
Objetivo específico	1 - Recuperação de passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
R652	Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários	%		17,00	2013	50,00	17,85		Sem evolução
R653	Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários	%		46,00	2013	89,00			Os dados relativos a 2016 ainda não se encontram disponíveis

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
R652	Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários	17,85		17,00	
R653	Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa prioritários	54,30		49,70	

Eixos prioritários para assistência técnica

Quadro 3A: Indicadores de realizações comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)

Eixo prioritário	4 - Assistência técnica
------------------	-------------------------

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
F	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	%		100,00			66,00	0,00	0,00	A data de reporte do relatório anual (31.12.2016) o nível de desmaterialização de processos e comunicações resultante de processos efetivamente desmaterializados em cada um dos momentos do ciclo de vida das operações apoiadas é já de 66 %, sendo de esperar o cumprimento da meta no final do período de programação.
S	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	%		100,00			90,00	0,00	0,00	As operações aprovadas ainda não conseguem convergir para o cumprimento da

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
											meta prevista (100%), pois existem comunicações de alguns procedimentos de natureza administrativa que são concretizados via ofício. Todos os restantes atos de gestão do ciclo de vida das operações são tramitados através do SISEUR e Balcão 2020.
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI		90,00			71,00	0,00	0,00	Embora a estrutura do PO preveja um número global de 83 trabalhadores, até ao final de 2016, a estrutura integrou 71 elementos, prevendo-se a completude da estrutura em 2017. Dadas as limitações impostas pela legislação, o número de trabalhadores com salários cofinanciados pela AT, é para já, inferior a 90.
S	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	ETI		90,00			83,00	0,00	0,00	
F	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	%		100,00			56,00	0,00	0,00	Aplicada a metodologia do indicador apurou-se uma taxa de 56% que resulta de no ano de 2016, 40 trabalhadores da estrutura de missão terem participado em ações de formação face aos 71 trabalhadores no total que integram a

(1)	ID	Indicador	Unidade de medida	de	Categoria de região	Valor-alvo (2023) total	Valor-alvo (2023) homens	Valor-alvo (2023) mulheres	2016 Total	2016 Homens	2016 Mulheres	Observações
												estrutura de missão à data de reporte do relatório.
S	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	%			100,00			100,00	0,00	0,00	

(1) S=operações Seleccionadas, E=operações completamente Executadas

(1)	ID	Indicador	2015 Total	2015 Homens	2015 Mulheres	2014 Total	2014 Homens	2014 Mulheres
F	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	OAT13	Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	83,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
F	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S	OAT4	Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Eixo prioritário	4 - Assistência técnica
Objetivo específico	1 - Gestão eficiente e eficaz do Programa Operacional, promovendo a sua adequada dinamização e respetiva implementação

Quadro 1: Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico); aplica-se igualmente ao eixo prioritário Assistência Técnica

ID	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região	Valor de Base	Ano de Base	Valor da meta para 2023	2016 Total	2016 Qualitativos	Observações
RAT9	Taxa de erro verificada nas auditorias	%		n.a.		< 2%			No Relatório de Auditoria da IGF de 2016, ainda não foi apurada a taxa de erro por ser considerado um ano atípico, em que ainda não foram realizadas auditorias

ID	Indicador	2015 Total	2015 Qualitativos	2014 Total	2014 Qualitativos
RAT9	Taxa de erro verificada nas auditorias				

Quadro 3B: Número de empresas apoiadas pelo programa operacional sem apoios múltiplos às mesmas empresas

Indicador	Número de empresas apoiadas pelo PO sem apoios múltiplos
-----------	--

Quadro 5: Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicador	Unidade de medida	Fund	Category of region	2016 Cum total	2016 Cum men	2016 Cum women	2016 Annual total	2016 Annual total men	2016 Annual total women
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		96.834,64					
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		0,00					
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		0,00					
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		0,00					
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		24.667.494,00					
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		43,00					
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		0,00					
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		5,00					
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0,00					
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		19.531.504,00					
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Persons	CF		0,00					

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicador	Unidade de medida	Fund	Category of region	2016 Cum total	2016 Cum men	2016 Cum women	2016 Annual total	2016 Annual total men	2016 Annual total women
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	CF		4.500,00					

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicador	Unidade de medida	Fund	Category of region	2015 Cum total	2014 Cum total	Observations
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		0,00	0,00	Dado o nível de implementação do eixo 1 e as dificuldades relatadas sobre os motivos dos atrasos, levam a um ainda baixo nível de execução, que se perspectiva recuperar com a despesa decorrente da contratualização do IFRRU 2020 com os intermediários financeiros, após a conclusão do concurso de seleção das entidades gestoras, e da implementação das operações de eficiência energética nos transportes públicos e na administração central .
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		0,00	0,00	A 31.12.2016 o indicador tem uma quantidade aprovada de 30MW que resulta do contributo do GP Hidroelétrica da Calheta.. Pondera-se a revisão da meta final deste indicador, assim que oportuno, dado que existiram pressupostos que não foram corretamente aplicados aquando da definição da meta. Será ajustada para 46 MW, tendo em conta que a operação da RAM contribui com uma capacidade instalada de 30 MW (1,8M€ de custo/MW) e os projetos piloto com um acréscimo previsto de 16 MW (5M de custo/MW). Os pressupostos estavam corretamente definidos mas não foram corretamente aplicados para o cálculo da meta. A implementação deste projeto encontra-se condicionada pela pré-notificação de auxílios de estado que se prevê que ocorra até ao final do 1º semestre, que obrigará a um procedimento de standstill terá impacto no cronograma de execução previsto para a operação.
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		0,00	0,00	A 31.12.2016 o indicador tem uma quantidade aprovada de 3.200 agregados familiares com consumo de energia que se prevê melhorar e resulta do contributo da Operação " Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana " . Considerando a evolução tendente ao enquadramento do apoio a esta política pública através de instrumentos financeiros FEIE/BEI, pelos motivos explicados no ponto 11.1 do relatório. está ser ponderada a proposta de realocação da verba não alocada até esta data ao Objetivo Específico e a consequente revisão da meta final em função da verba que ficará alocada a esta PI.
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		0,00	0,00	PI ainda sem implementação e sem Avisos abertos. Encontra-se em ponderação a proposta de realocação de verbas da PI para outras prioridades dentro do eixo prioritário
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		0,00	0,00	Prevê-se uma recuperação do nível de execução deste indicador do quadro de desempenho durante os anos de 2017 e 2018, considerando o número de operações aprovadas e em execução.
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		0,00	0,00	

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicador	Unidade de medida	Fund	Category of region	2015 Cum total	2014 Cum total	Observations
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		0,00	0,00	Este indicador não será mobilizado no âmbito desta PI uma vez que não será apresentado o GP como previsto. Existem realocações de prioridades no âmbito deste OE, mas sem alterações na alocação financeira, de acordo com o referido no ponto 11.1 do Relatório.
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		0,00	0,00	Contributo das operações com intervenções concluídas, designadamente Alimentação artificial da praia de Carnide - Sul; Operação - Intervenções de Reforço da proteção costeira entre Póvoa do Varzim e Espinho e Operação - Reabilitação da Estrutura aderente de proteção de da Praia da Granja, Vila Nova de Gaia; de acordo com os cronogramas de execução das operações aprovadas, prevê-se um grande avanço na execução deste indicador em 2018
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0,00	0,00	Este indicador não será mobilizado no âmbito desta PI uma vez que não será apresentado o GP como previsto. Existem realocações de prioridades no âmbito deste OE, mas sem alterações na alocação financeira, de acordo com o referido no ponto 11.1 do Relatório.
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		0,00	0,00	Prevê-se uma recuperação do nível de execução deste indicador do quadro de desempenho durante os anos de 2017 e 2018, considerando o número de operações aprovadas e em execução.
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Persons	CF		0,00	0,00	" A 31.12.2016 a quantidade aprovada para este indicador é de 55.177 pessoas A implementação das operações na área de intervenção do abastecimento de água, relativas ao fecho de sistemas e a suspensão do financiamento dos projetos de eficiência na área do abastecimento de água e saneamento de águas residuais através de IF, dada a avaliação que está a ser feita pela tutela relativa à sua não aplicação, permitem concluir pela desadequação da mobilização deste indicador de realização para o quadro de desempenho." "
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa	Equivalente de população	CF		0,00	0,00	" A 31.12.2016 a quantidade aprovada para este indicador é de 1.041.785 população equivalente e resulta do contributo de 132 operações que se encontravam aprovadas, contratadas ou em execução. A execução apresentada reporta-se a duas operações com intervenções concluídas, designadamente Operação - Sistema do Faralhão - Emissário e Conduta elevatória para Ligação à ETAR de Setúbal - 1ª Fase; Operação - Saneamento Básico da Freguesia de Almalaguês- 4ª Fase - Rio de Galinhas e Monforte. Apesar do nível de execução no final de 2016, não se antecipam dificuldades de se atingir a meta intermédia, dado que grande parte das operações que se encontram aprovadas e a contribuir para este indicador, tem conclusão prevista para 2018, com ligação efetiva à rede de saneamento de águas residuais." "

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicador	Unidade de medida	Fund	Category of region	Milestone for 2018 total	Milestone for 2018 men	Milestone for 2018 women	Final target (2023) total	Final target (2023) men	Final target (2023) women

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicator	Unidade de medida	Fund	Category of region	Milestone for 2018 total	Milestone for 2018 men	Milestone for 2018 women	Final target (2023) total	Final target (2023) men	Final target (2023) women
1	F	F1	Despesa certificada	€	CF		240888621			890.588.236,00		
1	O	CO30	Energias renováveis: Capacidade suplementar de produção de energia renovável	MW	CF		14			56,00		
1	O	CO31	Eficiência energética: Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado	Households	CF		3200			16.000,00		
1	O	CO33	Eficiência energética: Número adicional de utilizadores de energia ligados a redes inteligentes	Users	CF		300000			1.200.000,00		
2	F	F2	Despesa certificada	€	CF		127013349			472.049.605,00		
2	I	K521	Extensão da faixa intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		30			50,00		
2	I	K525	Equipamentos aéreos contratados	Nº	CF		2			2,00		
2	O	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	CF		12,5			50,00		
2	O	O525	Equipamentos aéreos adquiridos	Nº	CF		0			2,00		
3	F	F3	Despesa certificada	€	CF		319106880			1.229.411.765,00		
3	O	CO18	Abastecimento de água: População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água	Persons	CF		455000			1.820.000,00		
3	O	O621	População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em	Equivalente de população	CF		617500			2.470.000,00		

Eixo prioritário	Ind type	ID	Indicator	Unidade de medida	Fund	Category of region	Milestone for 2018 total	Milestone for 2018 men	Milestone for 2018 women	Final target (2023) total	Final target (2023) men	Final target (2023) women
			baixa									

3.4 Dados financeiros (artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Quadro 6: Informações financeiras a nível do eixo prioritário e do programa

(como estabelecido no quadro 1 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão [Modelo para a apresentação de dados financeiros])

Eixo prioritário	Fundo	Categoria de região	Base de cálculo	Financiamento total	Taxa de cofinanciamento	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Parte da dotação total coberta com as operações selecionadas	Custo público das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários	Número de operações selecionadas
1	CF		Total	890.588.236,00	85,00	159.127.811,15	17,87%	118.328.778,74	96.833,64	0,01%	27
2	CF		Público	472.049.605,00	85,00	196.321.048,45	41,59%	194.682.564,86	30.552.724,77	6,47%	130
3	CF		Total	1.229.411.765,00	85,00	510.423.623,11	41,52%	506.985.058,88	25.783.745,16	2,10%	368
4	CF		Público	58.235.295,00	85,00	25.810.211,13	44,32%	25.810.211,13	4.911.207,25	8,43%	3
Total	CF			2.650.284.901,00	85,00	891.682.693,84	33,64%	845.806.613,61	61.344.510,82	2,31%	528
Total geral				2.650.284.901,00	85,00	891.682.693,84	33,64%	845.806.613,61	61.344.510,82	2,31%	528

Quadro 7: Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.os 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013),

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF													
1	CF		011	01	01	07	04		18	PT17	96.620,18	96.620,18	0,00	1
1	CF		012	01	01	07	04		08	PT300	2.534.331,82	2.534.331,82	0,00	1
1	CF		012	01	01	07	04		18	PT114	355.288,40	355.288,40	0,00	1
1	CF		012	01	01	07	04		18	PT17	331.948,72	331.948,72	0,00	3
1	CF		012	01	01	07	04		22	PT114	227.884,00	227.884,00	0,00	1
1	CF		012	01	02	07	04		08	PT300	60.823.963,59	60.823.963,59	0,00	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT11	220.170,00	187.144,50	0,00	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT15	220.170,00	187.144,50	0,00	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT16	220.170,00	187.144,50	0,00	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT17	220.170,00	187.144,50	0,00	1
1	CF		013	01	07	07	04		18	PT18	220.170,00	187.144,50	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT11	233.208,00	198.226,80	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT15	233.208,00	198.226,80	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT16	233.208,00	198.226,80	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT17	233.208,00	198.226,80	0,00	1
1	CF		014	01	07	07	04		18	PT18	233.208,00	198.226,80	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT11	16.400.000,00	8.352.941,18	19.366,72	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT15	16.400.000,02	8.352.941,18	19.366,73	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT16	16.400.000,02	8.352.941,18	19.366,73	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT17	16.400.000,02	8.352.941,18	19.366,73	1
1	CF		014	04	07	07	04		18	PT18	16.400.000,02	8.352.941,18	19.366,73	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT111	453.281,49	453.281,49	0,00	3
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT112	805.675,03	805.675,03	0,00	3
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT113	43.964,73	43.964,73	0,00	1
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT114	1.080.886,65	962.997,13	0,00	4
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT150	124.261,49	124.261,49	0,00	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT161	565.494,32	565.494,32	0,00	3
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT162	253.306,20	253.306,20	0,00	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT165	343.169,41	343.169,41	0,00	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT17	1.852.447,05	1.852.447,05	0,00	5
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT171	272.462,80	272.462,80	0,00	2
1	CF		043	01	01	07	04		18	PT172	212.190,94	212.190,94	0,00	2
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT112	169.008,11	145.906,89	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT114	91.076,80	78.465,28	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT115	91.076,80	78.465,28	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT116	7.584,85	7.584,85	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT117	597.562,30	597.562,30	0,00	3
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT118	276.613,37	276.613,37	0,00	3
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT161	15.169,69	15.169,69	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT163	669.151,76	669.151,76	0,00	3
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT168	155.810,30	155.810,30	0,00	2
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT169	129.044,71	129.044,71	0,00	2
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT16A	418.273,00	360.782,05	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT16B	180.784,84	180.784,84	0,00	1
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT182	182.575,88	182.575,88	0,00	2
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT183	680.641,86	680.641,86	0,00	3
1	CF		043	01	02	07	04		18	PT184	475.640,44	475.640,44	0,00	3
1	CF		043	01	03	07	04		18	PT118	36.892,17	36.892,17	0,00	1
1	CF		043	01	03	07	04		18	PT16B	21.982,36	21.982,36	0,00	1
1	CF		043	01	03	07	04		18	PT185	284.855,01	284.855,01	0,00	2
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT111	95.197,36	95.197,36	0,00	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT112	162.360,00	162.360,00	0,00	1
2	CF		087	01	01	03	05		18	PT162	174.656,00	174.656,00	0,00	3
2	CF		087	01	01	07	05		08	PT300	33.892.457,96	33.892.457,96	24.612.208,36	3
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT111	5.698.916,39	5.698.916,39	462.178,10	6
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT114	6.473.775,63	6.340.884,61	392.686,69	7

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT150	2.776.960,79	2.776.960,79	0,00	3
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT161	1.161.764,71	1.161.764,71	0,00	1
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT162	15.232.554,34	15.232.554,34	0,00	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT171	17.315.580,58	17.220.087,36	0,00	7
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT172	6.494.384,93	6.494.384,93	46.002,00	2
2	CF		087	01	01	07	05		18	PT300	975.141,56	975.141,56	0,00	6
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT111	95.197,36	95.197,36	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT117	149.196,00	149.196,00	0,00	2
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT118	33.825,00	33.825,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT164	12.887,00	12.887,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT182	74.863,96	74.863,96	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT183	199.999,97	199.999,97	0,00	1
2	CF		087	01	02	03	05		18	PT184	216.800,00	216.800,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		08	PT300	6.356.865,30	6.356.865,30	2.645.887,41	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT111	609.466,49	609.466,49	3.873,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT112	2.850.803,19	2.832.843,35	164.910,91	4
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT114	2.942.032,69	2.942.032,69	311.080,16	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT116	136.087,20	136.087,20	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT118	67.650,00	67.650,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT150	10.232.998,40	10.232.998,40	359.413,09	8

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT161	10.671.357,01	10.560.458,33	228.757,52	9
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT163	520.463,54	520.463,54	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT164	20.826,75	20.826,75	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT168	896.094,03	803.356,96	0,00	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT16A	843.428,21	843.428,21	386.810,90	3
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT16B	10.725.314,03	10.725.314,03	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT171	1.430.982,00	1.430.982,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT172	3.155.143,40	3.101.871,89	0,00	2
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT181	266.593,49	266.593,49	10.211,54	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT183	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1
2	CF		087	01	02	07	05		18	PT185	2.352.941,18	2.352.941,18	359.413,09	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT111	761.578,88	761.578,88	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT117	193.706,00	193.706,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT118	750.769,80	750.769,80	0,00	6
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT161	12.887,00	12.887,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT162	90.209,00	90.209,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT164	103.096,00	103.096,00	0,00	1
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT165	177.592,88	177.592,88	0,00	2
2	CF		087	01	03	03	05		18	PT182	224.591,88	224.591,88	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT111	712.572,99	605.687,04	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	03	07	05		08	PT300	3.382.741,27	3.382.741,27	4.950,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT111	1.999.643,57	1.999.643,57	311.462,40	5
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT115	380.286,91	380.286,91	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT117	456.601,07	388.110,91	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT118	1.814.812,75	1.693.440,10	0,00	7
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT150	488.509,45	415.233,03	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT161	770.110,58	691.565,19	0,00	3
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT162	7.646.265,56	7.622.000,50	10.236,46	6
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT163	158.982,82	158.982,82	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT164	656.891,20	656.891,20	0,00	4
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT165	1.983.402,18	1.685.891,84	0,00	5
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT166	755.662,39	720.437,84	0,00	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT167	494.124,38	494.124,38	0,00	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT168	887.303,81	755.281,37	0,00	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT16B	10.055.793,02	10.055.793,02	0,00	3
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT16C	903.551,03	903.551,03	0,00	2
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT181	3.577.396,43	3.516.451,73	176.364,60	3
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT182	416.576,49	354.090,02	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT184	494.720,81	420.512,69	0,00	1
2	CF		087	01	03	07	05		18	PT185	5.516.619,30	5.516.619,30	66.278,54	3

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT11	827.696,51	827.696,51	0,00	1
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT15	827.696,51	827.696,51	0,00	1
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT16	827.696,51	827.696,51	0,00	1
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT17	827.696,51	827.696,51	0,00	1
2	CF		087	01	07	07	05		18	PT18	827.696,51	827.696,51	0,00	1
3	CF		017	01	01	03	06		18	PT112	342.100,00	342.100,00	0,00	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT111	4.972.721,10	4.972.721,10	0,00	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT113	119.318,28	119.318,28	0,00	1
3	CF		017	01	01	07	06		11	PT165	3.015.039,74	3.015.039,74	0,00	1
3	CF		017	01	01	07	06		18	PT300	1.132.132,98	1.132.132,98	0,00	2
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT114	2.382.137,60	2.382.137,60	6.486,25	1
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT115	1.096.326,75	1.096.326,75	0,00	2
3	CF		017	01	01	07	06		22	PT171	10.500.000,00	10.500.000,00	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		11	PT164	619.662,32	619.662,32	0,00	2
3	CF		017	01	02	07	06		18	PT150	449.712,80	449.712,80	332,10	1
3	CF		017	01	02	07	06		18	PT171	16.437,72	16.437,72	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT114	1.429.282,56	1.429.282,56	3.891,75	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT115	4.286.693,00	4.286.693,00	0,00	2
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT118	245.275,94	245.275,94	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT161	1.256.386,00	1.256.386,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT16C	399.594,16	399.594,16	0,00	1
3	CF		017	01	02	07	06		22	PT184	602.832,47	602.832,47	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT117	699.894,60	699.894,60	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT162	577.675,61	577.675,61	0,00	3
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT164	1.005.013,24	1.005.013,24	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT165	11.055.145,71	11.055.145,71	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		11	PT167	1.675.022,07	1.675.022,07	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT115	669.120,00	669.120,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT118	147.522,20	147.522,20	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT161	381.426,28	381.426,28	44.300,00	2
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT162	1.257.556,21	1.257.556,21	0,00	4
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT165	97.908,00	97.908,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT183	237.800,00	237.800,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		18	PT184	356.700,00	356.700,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT115	1.036.912,75	1.036.912,75	0,00	2
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT117	1.409.695,41	1.409.695,41	0,00	2
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT118	1.716.931,58	1.716.931,58	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT165	460.125,00	460.125,00	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT16C	1.504.532,55	1.504.532,55	0,00	1
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT184	707.672,91	707.672,91	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		017	01	03	07	06		22	PT185	1.123.101,77	1.123.101,77	0,00	1
3	CF		018	01	01	07	06		22	PT114	333.644,50	333.644,50	0,00	1
3	CF		018	01	01	07	06		22	PT200	82.359.900,00	82.359.900,00	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		11	PT164	265.700,40	265.700,40	0,00	1
3	CF		018	01	02	07	06		22	PT114	200.186,70	200.186,70	0,00	1
3	CF		018	01	03	07	06		18	PT111	239.490,00	239.490,00	0,00	1
3	CF		018	01	03	07	06		22	PT117	252.292,30	252.292,30	0,00	1
3	CF		020	01	01	07	06		11	PT165	623.830,32	623.830,32	0,00	2
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT114	501.059,85	501.059,85	0,00	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT150	881.450,82	881.450,82	0,00	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT163	889.238,60	889.238,60	0,00	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT169	71.586,76	71.586,76	0,00	1
3	CF		020	01	02	07	06		11	PT184	12.171.326,00	12.171.326,00	28.001,79	2
3	CF		020	01	03	07	06		08	PT165	1.543.950,01	1.543.950,01	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		08	PT184	461.045,52	461.045,52	0,00	2
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT111	1.021.219,22	1.021.219,22	0,00	3
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT113	1.524.478,16	1.524.478,16	0,00	2
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT118	12.018,71	12.018,71	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT150	992.631,32	992.631,32	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT166	402.066,50	402.066,50	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT167	429.401,92	429.401,92	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT169	75.402,63	75.402,63	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT16B	192.937,38	192.937,38	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT16C	114.199,72	114.199,72	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT181	9.787.799,03	9.787.799,03	1.557.277,88	6
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT182	54.626,75	54.626,75	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		11	PT184	22.967.137,71	22.967.137,71	835.354,59	3
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT118	655.693,24	655.693,24	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT165	924.650,00	924.650,00	0,00	1
3	CF		020	01	03	07	06		18	PT181	66.417,75	66.417,75	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT112	158.475,96	158.475,96	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT113	393.600,00	393.600,00	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT115	1.433.351,22	1.433.351,22	0,00	2
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT117	194.704,52	194.704,52	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT150	331.897,65	331.897,65	0,00	2
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT164	90.000,00	90.000,00	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT168	374.905,62	374.905,62	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT16B	766.964,75	766.964,75	0,00	2
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT172	45.760,50	45.760,50	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT183	105.768,00	105.768,00	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		021	01	02	07	06		11	PT185	205.875,00	205.875,00	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT111	325.519,50	325.519,50	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT116	113.625,00	113.625,00	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT163	298.860,64	298.860,64	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT16C	275.125,16	275.125,16	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT181	214.500,00	214.500,00	0,00	1
3	CF		021	01	02	07	06		18	PT182	263.106,27	263.106,27	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT111	500.993,23	500.993,23	68.342,16	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT113	303.747,22	303.747,22	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT115	945.753,61	945.753,61	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT116	284.950,00	284.950,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT117	3.144.151,14	3.144.151,14	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT118	1.334.218,88	1.334.218,88	79.950,00	6
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT161	170.047,53	170.047,53	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT162	652.830,43	652.830,43	0,00	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT163	579.450,00	579.450,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT164	655.017,66	655.017,66	2.500,00	4
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT165	509.959,81	509.959,81	0,00	3
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT166	198.497,70	198.497,70	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT167	674.830,12	674.830,12	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT168	974.754,61	974.754,61	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT169	121.881,00	121.881,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16A	295.968,54	270.318,54	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16B	572.430,00	572.430,00	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT16C	73.200,00	73.200,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT184	147.034,80	147.034,80	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		11	PT185	178.425,00	178.425,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT111	1.422.081,54	1.422.081,54	15.939,33	5
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT115	415.686,20	415.686,20	54.533,23	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT118	1.436.424,45	1.436.424,45	0,00	5
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT150	110.359,27	110.359,27	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT164	424.647,00	424.647,00	0,00	4
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT165	642.151,89	642.151,89	0,00	3
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT166	649.604,94	649.604,94	0,00	2
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT169	79.247,25	79.247,25	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT16B	475.086,35	475.086,35	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT16C	687.812,90	687.812,90	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT181	134.550,00	134.550,00	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT182	904.983,89	904.983,89	0,00	1
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT183	102.954,63	102.954,63	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		021	01	03	07	06		18	PT184	270.905,14	270.905,14	7.267,92	4
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT11	799.672,45	799.672,45	16.451,25	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT15	799.672,45	799.672,45	16.451,25	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT16	799.672,45	799.672,45	16.451,25	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT17	799.672,45	799.672,45	16.451,25	1
3	CF		021	01	07	07	06		18	PT18	799.672,45	799.672,45	16.451,25	1
3	CF		022	01	01	07	06		08	PT172	961.466,67	961.466,67	0,00	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT111	3.064.261,92	3.064.261,92	0,00	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT112	3.688.964,15	3.688.964,15	0,00	12
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT114	13.713.206,40	13.128.770,48	161.208,75	4
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT150	21.820.032,43	21.820.032,43	1.475.920,54	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT162	446.727,56	446.727,56	446.727,56	1
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT165	1.218.284,08	1.218.284,08	0,00	7
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT171	2.490.017,18	2.490.017,18	271.467,52	4
3	CF		022	01	01	07	06		11	PT172	1.142.133,58	1.142.133,58	0,00	1
3	CF		022	01	01	07	06		18	PT114	15.699.420,68	15.699.420,68	5.466.535,29	1
3	CF		022	01	01	07	06		18	PT172	1.865.662,32	1.865.662,32	405.439,40	5
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT113	731.564,10	731.564,10	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT164	447.576,00	447.576,00	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		08	PT182	744.129,11	744.129,11	0,00	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT114	999.997,94	999.997,94	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT117	13.656.709,74	13.656.709,74	531.812,39	3
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT150	11.929.586,86	11.929.586,86	2.851.364,92	4
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT161	5.657.180,91	5.657.180,91	0,00	7
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT164	129.135,48	129.135,48	0,00	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT168	1.701.678,14	1.701.678,14	2.163,98	3
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT16B	6.288.551,41	6.288.551,41	80.004,87	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT172	1.230.616,33	1.230.616,33	0,00	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT181	1.463.540,79	1.463.540,79	176.758,43	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT183	881.183,76	881.183,76	31.302,27	1
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT184	5.267.450,00	5.267.450,00	0,00	2
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT185	7.520.742,82	5.700.285,45	449.491,48	5
3	CF		022	01	02	07	06		11	PT300	6.590.754,55	6.590.754,55	1.811.930,75	1
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT111	2.448.892,84	2.448.892,84	0,00	3
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT112	4.382.473,87	4.382.473,87	0,00	2
3	CF		022	01	02	07	06		18	PT182	384.874,30	384.874,30	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT168	1.185.509,07	1.185.509,07	61.436,80	2
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT182	137.572,31	137.572,31	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		08	PT184	817.374,86	817.374,86	0,00	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT111	1.921.606,93	1.921.606,93	0,00	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT112	1.012.500,00	1.012.500,00	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT113	1.035.565,54	1.035.565,54	0,00	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT115	4.935.766,17	4.935.766,17	0,00	5
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT117	1.455.891,33	1.455.891,33	69.918,16	4
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT118	230.067,37	230.067,37	0,00	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT150	5.138.302,98	5.138.302,98	3.896.615,63	5
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT162	2.171.817,95	2.171.817,95	0,00	6
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT164	1.569.595,06	1.569.595,06	32.746,69	3
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT165	3.628.912,47	3.628.912,47	87.319,64	3
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT167	1.251.239,72	1.251.239,72	0,00	4
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT16B	1.937.795,63	1.937.795,63	0,00	5
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT16C	16.519.845,99	16.254.019,63	636.591,46	7
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT181	6.415.960,98	6.415.960,98	20.104,35	3
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT183	5.466.684,00	5.466.684,00	145.195,04	2
3	CF		022	01	03	07	06		11	PT184	1.242.505,83	1.242.505,83	0,00	3
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT111	945.520,00	945.520,00	0,00	3
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT115	1.506.380,28	1.506.380,28	0,00	4
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT117	2.439.257,87	2.439.257,87	5.952,26	8
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT118	2.007.649,10	2.007.649,10	0,00	8
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT161	3.092.134,12	3.092.134,12	49.454,96	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT162	1.364.744,85	1.364.744,85	0,00	3
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT163	2.882.230,66	2.882.230,66	0,00	3
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT164	733.554,52	733.554,52	138.248,61	1
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT165	18.923.316,23	18.923.316,23	248.782,61	10
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT182	110.333,52	110.333,52	0,00	1
3	CF		022	01	03	07	06		18	PT184	156.657,70	156.657,70	0,00	1
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT17	1.346.928,12	1.346.928,12	100.706,25	3
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT171	442.424,93	429.897,44	10.586,10	2
3	CF		085	01	01	07	06		18	PT172	16.186,80	13.758,78	744,15	1
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT150	60.431,58	53.525,98	102,72	2
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT169	92.797,57	78.986,36	205,44	1
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT172	226.615,20	192.622,92	10.418,10	1
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT182	30.404,40	30.404,40	0,00	1
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT183	27.876,99	24.424,19	51,36	2
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT184	189.221,19	163.456,39	4.885,29	3
3	CF		085	01	02	07	06		18	PT185	16.186,80	13.758,78	744,15	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT150	594.510,15	577.113,04	154,08	4
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT169	139.196,36	118.479,54	308,16	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT16C	210.829,49	199.205,07	99.267,77	1
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT181	55.761,60	50.905,56	1.488,30	2

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT182	116.279,88	104.195,06	179,76	2
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT183	74.196,43	64.875,28	2.292,96	3
3	CF		085	01	03	07	06		18	PT184	1.451.424,18	1.308.567,55	32.948,73	5
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT11	166.321,77	164.012,55	515,00	2
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT15	166.321,77	164.012,55	515,00	2
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT16	166.321,77	164.012,55	515,00	2
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT17	166.321,77	164.012,55	515,00	2
3	CF		085	01	07	07	06		18	PT18	166.321,77	164.012,55	515,00	2
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT111	135.576,57	135.576,57	20.124,20	1
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT17	2.076.540,45	1.765.059,38	0,00	2
3	CF		086	01	01	07	06		18	PT172	84.791,80	84.791,80	5.127,96	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT112	1.181.678,73	1.181.678,73	4.312,33	2
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT117	316.559,24	316.559,24	128.290,80	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT164	392.500,00	392.500,00	0,00	1
3	CF		086	01	02	07	06		18	PT184	64.498,76	64.498,76	10.907,56	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT111	216.198,57	188.126,61	24.671,77	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT112	328.670,84	319.313,52	6.786,48	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT117	7.480,00	7.480,00	202,96	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT118	62.382,15	53.024,83	6.786,48	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT150	21.466,45	21.466,45	10.907,56	1

Eixo prioritário	Características das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT168	244.160,14	244.160,14	1.826,55	2
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT169	256.563,16	256.563,16	0,00	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT16B	314.904,16	314.904,16	7.131,03	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT182	246.326,00	246.326,00	0,00	1
3	CF		086	01	03	07	06		18	PT184	354.913,36	354.913,36	87.260,45	2
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT11	859.003,96	848.561,24	5.676,45	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT15	859.003,96	848.561,24	5.676,45	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT16	859.003,96	848.561,24	5.676,45	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT17	859.003,96	848.561,24	5.676,45	3
3	CF		086	01	07	07	06		18	PT18	859.003,96	848.561,24	5.676,45	3
3	CF		089	01	01	07	06		22	PT172	13.345.500,00	13.345.500,00	0,00	3
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT165	12.874.410,78	12.874.410,78	2.696.613,53	2
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT167	4.782.410,47	4.782.410,47	2.922,13	1
3	CF		089	01	03	07	06		22	PT184	3.429.252,30	3.429.252,30	132.905,19	1
4	CF													
4	CF		121	01	01	07			18	PT17	23.630.424,00	23.630.424,00	4.911.207,25	2
4	CF		121	01	01	07			18	PT300	2.179.787,13	2.179.787,13	0,00	1

Quadro 8: Utilização de financiamento cruzado

1	2	3	4	5	6
Utilização de financiamento cruzado	Eixo prioritário	Montante previsto do apoio da UE para utilização como financiamento cruzado, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (3/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)	Despesas elegíveis utilizadas no financiamento cruzado, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (5/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)

Quadro 9: Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego)

1	2	3	4	5
Eixo prioritário	Montante do apoio previsto para utilização em operações realizadas fora da zona do programa, com base nas operações selecionadas (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (3/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)	Despesas elegíveis incorridas em operações realizadas fora da zona abrangida pelo programa, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)	Parte do total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário (%) (5/total da dotação financeira destinada ao eixo prioritário*100)
1	0,00		0,00	
2	0,00		0,00	
3	0,00		0,00	
4	0,00		0,00	

Quadro 10: Despesa incorrida fora da União (FSE)

<p>Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (EUR)</p>	<p>Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)</p>	<p>Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (EUR)</p>	<p>Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (3/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos * 100)</p>

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

Síntese das conclusões de todas as avaliações do programa que foram disponibilizadas no ano financeiro anterior, com indicação do nome e do período de referência dos relatórios de avaliação utilizados

Em virtude de não se encontrarem reunidas as condições necessárias à realização das avaliações previstas no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) para 2016, nomeadamente por as intervenções objeto de avaliação se encontrarem num nível de implementação ainda incipiente, incluindo os exercícios de avaliação previstos no Plano de Avaliação do POSEUR (PA POSEUR), foi decidido no âmbito da Rede de Monitorização e Avaliação (Rede de M&A) e refletido na revisão do PGA PT2020 e do PA do POSEUR, que foram aprovadas em 2016, o adiamento de algumas avaliações. O ponto de situação destas avaliações é apresentado no capítulo 12.1

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

a) Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

1. Condicionantes ao Arranque

Condicionalidades *ex ante*

No final de 2016, todas as condicionalidades temáticas presentes no POSEUR se encontravam cumpridas por parte do EM, estando apenas pendente a validação por parte da COM da CEA 6.1., o que se veio a concretizar em maio de 2017.

No âmbito do POSEUR, a única CEA que condicionou efetivamente e atrasou a abertura de Avisos e o início da elegibilidade das operações e das despesas a cofinanciar, foi a CEA 4.1. relativa ao desempenho energético dos edifícios, cuja decisão favorável só foi proferida em 05.07.16.

2. Alterações de contexto legislativo ou outros

Enquadramento programático, regulamentar e normativo

Foi identificada a necessidade de proceder a alguns ajustamentos no Eixo 2 do POSEUR, para permitir o alargamento das tipologias de operações elegíveis no âmbito territorial à RAM, no que se refere à PI 5.2 “Promoção de Investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes”. Estes ajustamentos foram aprovados pela COM, através da Decisão C (2016) 5476, de 22.08.2016, os quais foram também depois introduzidos no Regulamento Específico do Domínio SEUR, através da alteração aprovada pela Portaria n.º 238/2016, de 31 de agosto.

Durante o ano de 2016 foram também objeto de clarificação as questões relacionadas com a forma de apoio no âmbito da eficiência energética nos edifícios e infraestruturas públicas da Administração Pública Central e Local. Neste contexto, foram aprovadas alterações ao Regulamento Específico em agosto de 2016, as quais foram também incluídas na Portaria 238/2016, de 31 de agosto, tendo ainda sido elaborada uma

Orientação Técnica sobre esta matéria – Orientação Técnica n.º 4 sobre o regime a aplicar às subvenções reembolsáveis nos projetos de apoio à eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Central e Local, a qual resultou de um trabalho conjunto realizado entre a AD&C e as diversas AG.

3.Outras Condicionantes Relacionadas com a Gestão e o Controlo do Programa

A sobreposição do arranque do PO SEUR com o encerramento do POVTE, cuja responsabilidade foi atribuída à AG do POSEUR), e o défice de recursos humanos daí resultante, constituiu o mais forte condicionamento à implementação do Programa, nomeadamente na capacidade de resposta face à elevada procura que se manifestou em 2016. Apesar de iniciado em 2015 o processo de recrutamento de 10 elementos, não foi possível colmatar essa lacuna durante o ano transato, dadas as modalidades de recrutamento definidas no PT 2020 e a morosidade dos processos em vigor na Administração Pública. Neste contexto, a circunstância de uma parte muito significativa dos RH envolvidos na gestão, terem ainda sido necessários para as tarefas de encerramento do POVTE até quase ao final de 2016, dificultou a afetação dos colaboradores para a implementação do POSEUR, limitando a capacidade de resposta na análise e decisão das candidaturas apresentadas durante o ano 2016. Com efeito, só em maio de 2017 foi concluído o processo de recrutamento dos referidos 10 elementos necessários à plena capacidade da AG.

Também a necessidade de estudo e preparação técnica para as novas questões com especial pertinência no PO, nomeadamente as que decorrem da montagem e implementação de Instrumentos Financeiros e de Apoios Reembolsáveis, bem como das exigências regulamentares em matéria de Auxílios de Estado, afetou a implementação do PO, nomeadamente ao nível dos prazos para abertura de Avisos e para Decisão das candidaturas resultantes de avisos lançados no final de 2015 e em 2016, com especial enfoque no domínio do financiamento das intervenções na área dos Resíduos Urbanos, conforme já referido no ponto 3.1. – Eixo 3. Como forma de ultrapassar este constrangimento, a AG promoveu ações de capacitação interna através da participação em ações de formação e *workshops* temáticos, relativos a Instrumentos Financeiros e Auxílios de Estado.

Nos termos regulamentares a AG continuou, durante o 1.º semestre de 2016, a desenvolver as tarefas necessárias à elaboração da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa (DSGC), tendo sido promovidas sessões de trabalho com a Autoridade de Auditoria (AA), de modo a que fossem introduzidos os melhoramentos necessários à sua conformidade com as orientações nacionais e comunitárias.

O Relatório e Parecer emitido pela AA quanto à conformidade do SGC do PO foram homologados pelo Ministro das Finanças, através do Despacho n.º 384/16/MF de 20.06.16, tendo o Parecer sido notificado à Comissão Europeia, via SFC 2014, no dia

22.06.16.

Durante o ano 2016 mantiveram-se as dificuldades de execução financeira por parte das diversas tipologias de beneficiários elegíveis ao Programa, com fortes restrições ao investimento público por parte das entidades públicas, nomeadamente municípios e entidades da administração central. Por outro lado, destaca-se ainda, neste aspeto da capacidade de investimento, os efeitos financeiros resultantes do esforço de conclusão dos investimentos financiados no âmbito do anterior período de programação para a sua operacionalização (mesmo já após o fim do período de elegibilidade), sem cofinanciamento comunitário, que condicionou o arranque da execução das novas operações por constrangimentos na mobilização da contrapartida nacional, e que muitas vezes se limitou à realização dos estudos e projetos iniciais, tendo em conta que a grande maioria das candidaturas foram submetidas ainda com baixa maturidade.

Para obstar a estas dificuldades e incentivar a execução dos projetos, a CIC PT 2020, determinou, através da Deliberação n.º 24 de 2016, de 28.12, a criação de um Acelerador do Investimento no Eixo 2 deste PO, tendo em vista o aumento da execução física e financeira dos projetos. Nesta conformidade, foi determinado que a AG do POSEUR aplicará uma taxa de cofinanciamento majorada em 10 p.p face à taxa de comparticipação estabelecida na Decisão de Aprovação da operação, às despesas elegíveis contidas em Pedidos de Pagamento que sejam submetidos pelas entidades beneficiárias até 31.12.17. Esta majoração de taxa aplica-se a todas as PI do Eixo 2 do POSEUR, e abrange todas as operações aprovadas, localizadas no Continente e RAM, e referentes a Avisos abertos até 31.12.16. No final de 2016, previa-se que esta medida viesse a beneficiar cerca de 200 operações, facilitando a execução dos projetos aprovados. Também a flexibilização do nível de maturidade exigido ao nível dos Avisos de Abertura de Candidaturas, prevendo que possa ser apresentado o anteprojecto de execução em substituição do projeto técnico, desde que o concurso possa ser lançado até 60 dias após a contratação do apoio, previsto no âmbito da Deliberação da CIC PT2020 n.º 20/2016, de 2 de novembro, aplicável ao investimento de âmbito municipal, promovem a aceleração do investimento, simplificando o processo de apresentação e análise das candidaturas.

b) Queira avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas, se for caso disso.

Não aplicável ao relatório de execução de 2016 (Informação constante do ponto 11.1).

7. RESUMO PARA O CIDADÃO

Publicação de um resumo para os cidadãos sobre o conteúdo dos relatórios de execução anuais e final, e carregamento, utilizando um ficheiro separado, sob a forma de anexo a esses relatórios.

Pode carregar/encontrar o Resumo para o cidadão em Geral > Documentos na aplicação SFC2014

8. RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I. Identificação do programa e prioridade ou medida ao abrigo das quais é concedido o apoio dos FEEI [artigo 46.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
1. Eixos prioritários ou medidas de apoio ao instrumento financeiro, incluindo fundos de fundos, no âmbito do programa dos FEEI	
1.1. Eixo prioritário de apoio ao instrumento financeiro no âmbito do programa dos FEEI	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
2. Designação dos FEEI que apoiam o instrumento financeiro ao abrigo do eixo prioritário ou medida	CF
3. Objetivo(s) temático(s) referido(s) no artigo 9.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 apoiado pelo instrumento financeiro	04 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
3.1. Montante dos FEEI afetado a este objetivo temático (facultativo)	40.000.000,00
4. Outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	
4.1. Número de CCI de todos os outros programas dos FEEI que efetuam contribuições para o instrumento financeiro	2014PT16M2OP007, 2014PT16M2OP003, 2014PT16M2OP004, 2014PT16M2OP002, 2014PT16M2OP005, 2014PT16M2OP001, 2014PT16M2OP006
30. Data do fim da avaliação ex ante	6/Jan/2016
31. Seleção dos organismos que executam o instrumento financeiro	
31.1. Se o procedimento de seleção ou designação já foi lançado	Sim
II. Descrição do instrumento financeiro e disposições de execução [artigo 46.º, n.º 2,	

alínea b), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
5. Designação do instrumento financeiro	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020)
6. Endereço oficial/local de atividade do instrumento financeiro (nome do país e cidade)	Portugal; NUTS I Continente
7. Modalidades de execução	
7.1. Instrumentos financeiros instituídos a nível da União, geridos, direta ou indiretamente, pela Comissão referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, com apoio de contribuições do programa dos FEEI	Não
7.1.1. Designação do instrumento financeiro a nível da União	
7.2. Instrumento financeiro estabelecido a nível nacional, regional, transnacional ou transfronteiras, gerido por ou sob a responsabilidade da autoridade de gestão a que se refere o artigo 38.º, n.º 1, alínea b), com o apoio de contribuições dos programas dos FEEI, nos termos do artigo 38.º, n.º 4, alíneas a), b) e c) do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	Atribuição de execução
8. Tipo de instrumento financeiro	Fundos de fundos
10. Estatuto jurídico do instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 38.º, n.º 6, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [apenas para os instrumentos financeiros referidos no artigo 38.º, n.º 1, alínea b)]: conta fiduciária aberta em nome do organismo de execução e em benefício da autoridade de gestão ou financiamento separado no seio de uma instituição financeira.	Conta fiduciária
III. Identificação do organismo de execução do instrumento financeiro, conforme referido no artigo 38.º, n.º 1, alínea a), n.º 4, alíneas a), b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e dos intermediários financeiros a que se refere o artigo 38.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 [artigo 46.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
11. Organismo de execução do instrumento financeiro	
11.1. Tipo de organismo de execução nos termos do	Organismo de direito

artigo 38.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 a) entidades legais existentes ou recentemente criadas dedicadas à execução dos instrumentos financeiros; b) um organismo encarregado da ação de execução, ou c) autoridade de gestão a realizar diretamente as ações de execução (apenas empréstimos ou garantias)	público ou privado
11.1.1. Nome do organismo que executa o instrumento financeiro	Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (EG IFRRU 2020)
11.1.2. Endereço oficial/local de atividades (nome do país e da cidade) do organismo de execução do instrumento financeiro	Portugal; Lisboa
12. Procedimento para seleção de um organismo para execução do instrumento financeiro; outro procedimento	Cooperação interadministrativa
12.1. Descrição dos outros procedimentos de seleção do organismo de execução do instrumento financeiro	
13. Data de celebração do acordo de financiamento com o organismo de execução do instrumento financeiro	13/Set/2016
IV. Montante total das contribuições do programa, por prioridade ou medida, pagas ao instrumento financeiro e custos de gestão incorridos ou taxas de gestão pagas [artigo 46.º, n.º 2, alíneas d) e e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
14. Montante total das contribuições do programa autorizado no âmbito do acordo de financiamento (em EUR)	82.000.000,08
14.1. De entre o qual, contribuições para os FEEI (em EUR)	40.000.000,00
14.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR) (facultativo)	
14.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR) (facultativo)	40.000.000,00
14.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR) (facultativo)	
14.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR) (facultativo)	
14.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR) (facultativo)	

15. Montante total das contribuições do programa pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	96.833,64
15.1. De entre o qual, o montante das contribuições dos FEEI (em EUR)	96.833,64
15.1.1. De entre o qual, FEDER (em EUR)	
15.1.2. De entre o qual, Fundo de Coesão (em EUR)	96.833,64
15.1.3. De entre o qual, FSE (em EUR)	
15.1.4. De entre o qual, FEADER (em EUR)	
15.1.5. De entre o qual, FEAMP (em EUR)	
15.2. De entre o qual, montante total de cofinanciamento nacional (em EUR)	0,00
15.2.1. De entre o qual, montante total dos financiamentos públicos nacionais (em EUR)	0,00
15.2.2. De entre o qual, montante total dos financiamentos privados nacionais (em EUR)	0,00
16. Montante total das contribuições pagas ao instrumento financeiro ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) (em EUR)	
17. Montante total dos custos e taxas de gestão pagos com contribuições do programa (em EUR)	96.833,64
17.1. De entre o qual, a remuneração de base (em EUR)	96.833,64
17.2. De entre o qual, a remuneração baseada no desempenho (em EUR)	
18. Custos ou taxas de gestão capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevantes apenas para o relatório final) (em EUR)	
19. Bonificações de juros ou contribuições para prémios de garantias capitalizados, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	

20. Montante total das contribuições do programa para prosseguir os investimentos nos destinatários finais, em conformidade com o artigo 42.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 (relevante apenas para o relatório final) (em EUR)	
21. Contribuições relativas a terrenos e/ou imóveis no instrumento financeiro, em conformidade com o artigo 37.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013	
VI. O desempenho do instrumento financeiro, incluindo o progresso no seu estabelecimento e na seleção de organismos que o executem (incluindo o organismo que executa um fundo de fundos) [artigo 46.º, n.º 2, alínea f), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013];	
32. Informações sobre a operacionalidade, ou não, do instrumento financeiro no final do ano de referência	Sim
32.1. Caso o instrumento financeiro já não estivesse operacional no final do ano de referência, data da sua liquidação	
VII. Juros e outras receitas geradas pelo apoio dos FEEI ao instrumento financeiro, recursos do programa reembolsados ao instrumento financeiro a partir de investimentos, conforme referido nos artigos 43.º e 44.º, e o valor dos investimentos em capitais próprios relativamente aos anos anteriores [artigo 46.º, n.º 2, alínea g), subalínea i), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
35. Juros e outras receitas gerados pelos pagamentos dos FEEI ao instrumento financeiro (em EUR)	
37. Montantes dos recursos reutilizados que constituíam recursos reembolsados ao instrumento financeiro e são atribuíveis aos FEEI	
37.1. De entre o qual, montantes pagos para remuneração preferencial de investidores privados que operam de acordo com o princípio da economia de mercado, que prestam a contrapartida ao apoio dos FEEI ao instrumento financeiro ou coinvestem ao nível dos beneficiários finais (em EUR)	
37.2. De entre o qual, montantes pagos para o reembolso dos custos de gestão incorridos e pagamento das taxas de gestão do instrumento financeiro (em EUR)	
VIII. Progressos no sentido de alcançar o efeito de alavancagem previsto dos investimentos realizados pelo instrumento financeiro e valor dos investimentos e	

participações [artigo 46.º, n.º 2, alínea h), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]	
38. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEL geradas pelo instrumento financeiro (em EUR)	
38.1 Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEL, autorizado no acordo de financiamento assinado com o organismo de execução do instrumento financeiro (em EUR)	42.516.521,11
38.2. Montante total de outras contribuições, não provenientes dos FEEL, pagas ao instrumento financeiro (em EUR)	
38.2.1. De entre o qual, contribuições públicas (EUR)	
38.2.2. De entre o qual, contribuições privadas (EUR)	

9. FACULTATIVO PARA O RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016, NÃO APLICÁVEL AOS RESTANTES RELATÓRIOS SIMPLIFICADOS: AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

Quadro 14: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades gerais ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
--------------------------------	-------------------------	------------------	-------	-------------------------	-------------------------	---------------------	---	-------------

Quadro 15: Ações realizadas para cumprir as condicionalidades temáticas ex ante aplicáveis

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
T04.1 - Realizaram-se ações para promover melhorias eficazes em termos de custos da eficiência energética na utilização final e investimentos rentáveis na eficiência energética aquando da construção ou renovação de edifícios.	1 - As ações são as seguintes: medidas destinadas a garantir os requisitos mínimos relacionados com o desempenho energético dos edifícios, coerentes com o artigo 3.o, o artigo 4.o e o artigo 5.o da Diretiva 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.	Alteração dos Decretos-Lei 53/2014 e do Decreto-Lei 118/2013. Nenhuma operação, que abranja investimentos em edifícios, da Prioridade de Investimento 4iii (parte do eixo prioritário 1), será aprovada para financiamento antes da correta e completa concretização das ações previstas neste	31/Mai/2015	MAOTE AG do PO SEUR e AC	Não	Sim	21/Out/2016	Data de cumprimento/ Ofício COM: PO Temático e POR do continente: Ref. Ares(2016)3205137 - 05.07.2016 POR Açores e Madeira: Ref. Ares(2016)6048134 - 21.10.2016

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		<p>Plano de Ação e as despesas que se realizaram antes desta data não serão elegíveis para financiamento.</p> <p>No que se refere ao reporte à Comissão Europeia da metodologia cost optimal, conforme previsto no artigo 5.º da Diretiva 2010/31/UE Portugal encontra-se presente a desenvolver o relatório previsto no Artigo 5.º da Diretiva, tendo em consideração</p>						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		ão os requisitos impostos pelo Regulamento Delegado N.º 244/2012						
T04.1 - Realizaram-se ações para promover melhorias eficazes em termos de custos da eficiência energética na utilização final e investimentos rentáveis na eficiência energética aquando da construção ou renovação de edifícios.	2 - As ações são as seguintes: medidas necessárias para estabelecer um sistema de certificação do desempenho energético dos edifícios em consonância com o artigo 11.º da Diretiva 2010/31/UE;	Alteração dos Decreto-Lei 53/2014 e do Decreto-Lei 118/2013, no sentido de que o certificado de desempenho energético inclua recomendações sobre as melhorias de desempenho energético (Cost Optimal ou Cost effective), tal como decorre dos n.º 2 a 5 do art.º 11.º da	31/Mai/2015	MAOTE AG do PO SEUR e AC	Não	Sim	21/Out/2016	Data de cumprimento/ Ofício COM: PO Temático e POR do continente: Ref. Ares(2016)3205137 - 05.07.2016 POR Açores e Madeira: Ref. Ares(2016)6048134 - 21.10.2016

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		Diretiva 2010/31/UE, exceto nas situações em que não há um potencial razoável de melhoria quando comparado com os requisitos de desempenho energético em vigor.						
T05.1 - Prevenção de riscos e gestão de crises: existência de avaliações de risco nacionais ou regionais para a gestão de catástrofes tendo em conta a adaptação às alterações climáticas	4 - atendendo, se for o caso, às estratégias nacionais de adaptação às alterações climáticas.	O Concurso tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração do estudo detalhado sobre as vulnerabilidades e respostas para as alterações climáticas no Arquipélago da Madeira, nos sectores	31/Jul/2015	Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais (SRA)/ Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente (DROTA)	Não	Sim	17/Mai/2016	Data de cumprimento/ Ofício COM: POR Madeira: Ref. Ares(2016)2287870 - 17.05.2016

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		saúde humana, energia, recursos hídricos, turismo, biodiversidade, agricultura e floresta, abreviadamente designado por Projeto CLIMA, dando continuidade de ao estudo realizado no âmbito do Projeto “CLIMAA T II – Clima e Meteorologia dos Arquipélagos Atlânticos”, terminado em 2006, que foi inserido no Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B Espaço Açores						

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		Madeira Canárias. Objetivo 3 - ELABOR AÇÃO DA ESTRATÉ GIA REGIONA L DE ADAPTA ÇÃO FACE ÀS ALTERA ÇÕES CLIMÁTI CAS						
T06.1 - Setor da água: A existência de: a) uma política de tarifação da água que preveja incentivos adequados para uma utilização eficaz da água pelos consumidores, e b) uma adequada contribuição das diferentes utilizações da água para a amortização dos custos dos serviços hídricos, a uma taxa fixada no plano de gestão da bacia hidrográfica aprovado para o investimento apoiado pelos programas.	1 - Em setores apoiados pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e pelo FEADER, um Estado-Membro garantiu uma contribuição das diferentes utilizações da água para a amortização dos custos dos serviços da água por setor, em consonância com o artigo 9.º, n.º 1, primeiro travessão, da Diretiva 2000/60/CE atendendo, sempre que adequado, às consequências sociais, ambientais e económicas da amortização, bem como às condições geográficas e climatéricas da região ou regiões afetadas.	Realizar a atualização da avaliação económica da utilização da água nos Planos de Gestão de Região Hidrográfica do segundo ciclo de planeamento, envolvendo todos os setores utilizadores relevantes, nomeadamente	31/Dez/2016	Continente: Agência Portuguesa do Ambiente e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (para as matérias no domínio da agricultura) Madeira: Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais Açores: SECRETARIA	Sim	Sim	22/Mai/2017	Data de cumprimento/ Ofício COM: POSEUR e POAçores:Ref. Ares(2017)2594751 - 22/05/2017

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		ente o setor agrícola. A avaliação económica deverá incluir um cálculo adequado dos custos ambientais e de recurso, bem como considerar de maneira adequada os subsídios diretos ou indiretos.		REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE				
T06.1 - Setor da água: A existência de: a) uma política de tarifação da água que preveja incentivos adequados para uma utilização eficaz da água pelos consumidores, e b) uma adequada contribuição das diferentes utilizações da água para a amortização dos custos dos serviços hídricos, a uma taxa fixada no plano de gestão da bacia hidrográfica aprovado para o investimento apoiado pelos programas.	2 - Adoção de um plano de gestão da bacia hidrográfica para a zona da bacia hidrográfica, em consonância com o artigo 13.º da Diretiva 2000/60/CE.	A ação está dependente do acordo a estabelecer entre PT e a COM na sequência da reunião bilateral com a DG ENV de 19.06.2014, no que se refere à correção das deficiências	31/Dez/2016	Continente: Agência Portuguesa do Ambiente e Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (para as matérias no domínio da agricultura) Madeira: Secretaria Regional do Ambiente e dos	Sim	Sim	22/Mai/2017	Data de cumprimento/ Ofício COM: Ref. Ares(2017)2594751 - 22/05/2017

Condicionalidade ex ante geral	Critérios não cumpridos	Ações realizadas	Prazo	Organismos responsáveis	Ação concluída no prazo	Critérios cumpridos	Data prevista para a execução total das restantes ações	Observações
		s na rede de monitorização existente.		Recursos Naturais Açores: SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE				
T06.2 - Setor dos resíduos: Promoção de investimentos sustentáveis do ponto de vista económico e ambiental no setor dos resíduos, em particular através do desenvolvimento de planos de gestão dos resíduos em consonância com a Diretiva 2008/98/CE e com a hierarquia de tratamento dos resíduos.	2 - A existência de um ou mais planos de gestão de resíduos exigidos pelo disposto no artigo 28.º da Diretiva 2008/98/CE;	- Aprovação do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2014-2020)	31/Dez/2014	Agência Portuguesa do Ambiente	Não	Sim	19/Mai/2016	Data de cumprimento/ Ofício COM: Ref. Ares(2016)2322533 - 19.05.2016

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS (ARTIGO 101.º, ALÍNEA H), E 111.º, N.º 3, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

10.1. Grandes projetos

Quadro 12: Grandes projetos

Projeto	CCI	Estado do GP	Total dos investimentos	Total dos custos elegíveis	Data prevista de notificação/apresentação do pedido	Data do acordo tácito/aprovação pela Comissão	Data prevista para o início da realização (ano, trimestre)	Data prevista para a conclusão da realização	Eixos prioritários/prioridades de investimento	Estado atual de execução — Progressos financeiros (% das despesas certificadas à Comissão, em comparação com o custo total elegível)	Estado atual de execução — progressos físicos Fase principal de execução do projeto	Principais realizações	Data de assinatura do primeiro contrato de obras	Observações
EEM – Central Hidroelétrica da Calheta (RAM)	2016PT16CFMP002	Data prevista de notificação/apresentação à CE	67.672.182,00	63.358.295,41	2015, Q1		2015, Q1	2017, Q1		0,00	Construção	<p>Ações em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de conceção/construção da Central Hidroelétrica da Calheta III - 2.619.017,74 € - Estação Elevatória do Paul - 11.025,90 € - Estação Elevatória da Calheta - 3.598.015,25 € <p>(ações incluída no 1º contrato de empreitada do GP, celebrado a 24.11.2014)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de remodelação da Subestação do Lombo do Doutor 60/30kV - 513.902,20 € 	24/Nov/2014	<p>O montante indicado no Custo Total do investimento não inclui o IVA, por ser dedutível.</p> <p>O custo total elegível é o montante elegível após aplicação do prorata da receita líquida atualizada.</p>

Ecoparque da Ilha de São Miguel	2016PT16CFMP001	Data prevista de notificação/apresentação à CE	97.271.115,99	91.868.523,63	2014, Q1		2014, Q3	2017, Q4		0,00	Construção	<p>Ações Realizadas:</p> <p>23/Mar/2015</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de construção de um edifício para armazenamento de crivagem de biofertilizante orgânico: 168.000,01 € e Fiscalização: 13.900,00 € - Fornecimento de um reboque triturador de resíduos com passadeira de descarga traseira: 179.960,00 € - Fornecimento de prensa hidráulica horizontal para compactação de latas: 34.560,00 € - Fornecimento de contentores para recolha resíduos: 161.838,00 € - Fornecimento de camião de recolha com unidade de compactação 7-8 m3: 65.700,00 € - Empreitada de conceção e construção/equipamento de um sistema de lixiviados por osmose inversa na Ilha de São Miguel: 840.155,00 € e Fiscalização: 19.445,51 € - Estudos e consultadoria do projeto: 229.360,86 € <p>Ações em curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreitada de construção e equipamento da célula I do Aterro do Ecoparque da ilha de São Miguel: 1.758.734,21 € e Fiscalização: 39.466,24 € 	<p>O montante indicado no Custo Total do investimento não inclui o IVA, por ser dedutível.</p> <p>O custo total elegível é o montante elegível após aplicação do prorata da receita líquida atualizada.</p>
Meios Aéreos para combate a incêndios florestais					2015, Q1		2015, Q3	2015, Q4					

PT

PT

Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução.

Existem 3 Grandes Projetos (GP) previstos no PO, cujo ponto de situação é o seguinte:

No Eixo 1/PI 4.1 está previsto o grande projeto “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta” a realizar na Região Autónoma da Madeira, cujo CCI já foi obtido, prevendo-se a sua concretização nos termos indicados no Programa, embora com alguns ajustamentos à sua calendarização, evidenciados no quadro 12. Algumas das ações previstas neste GP já se encontram em execução (cerca de 6,7 milhões de euros). As empreitadas mais relevantes estão já adjudicadas, nomeadamente as seguintes: construção da Central Hidroelétrica da Calheta, Estação Elevatória do Paul e Condução forçada/ elevatória (28,7 milhões de euros); construção da Barragem do Pico da Urze, do Reservatório de restituição da Calheta e de ampliação das Levadas do Paul I e II e Remodelação da Levada do Lombo do Salão (24,3 milhões de euros); Remodelação da Subestação do Lombo do Doutor e ligações à rede (5,1 milhões de euros). Este GP obteve proposta de decisão favorável por parte da AG em dez.16, estando neste momento a ser ultimada a avaliação de qualidade por parte de perito independente externo, previsto na legislação nacional, com o objetivo de confirmar o mérito qualitativo, tendo em conta a análise custo-benefício. Não obstante da análise efetuada se concluir pela inexistência de Auxílios de Estado, considerou-se conveniente, para reforço da segurança jurídica, proceder ao envio de pré-notificação à COM – DG Concorrência, o que foi concretizado em 31.05.2017, em processo autónomo da submissão do GP à COM – DG REGIO.

No Eixo 2/PI 5.2 está previsto o grande projeto “Aquisição de Meios Aéreos para Combate a Incêndios Florestais”. No entanto, de acordo com informação transmitida pelo Ministério da Administração Interna, não se encontra atualmente prevista a realização deste Grande Projeto, pelos motivos referidos no Ponto 11.1.

No Eixo 3/PI 6.1 está previsto o grande projeto “Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel”, cujo CCI já foi obtido, prevendo-se a sua realização nos termos indicados no Programa, embora com ajustamentos à sua calendarização, evidenciados no quadro 12. Neste momento, já estão realizadas algumas das ações previstas – estudos e consultadoria, pequenas empreitadas e respetiva fiscalização e aquisição de equipamentos (1,7 milhões de euros) e encontram-se em execução ações que equivalem a 1,8 milhões de euros. Encontra-se a decorrer o procedimento de adjudicação da empreitada de maior envergadura financeira (65 milhões de euros), relativa à conceção, construção e fornecimento de uma central de valorização energética. Este GP obteve proposta de decisão favorável por parte da AG em dez.16, estando no entanto a ser revisto pela entidade beneficiária - MUSAMI e Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel – AMISM, em articulação com a Autoridade Regional do Ambiente da RAA, no sentido da integração na operação de infraestruturas de pré-tratamento mecânico de resíduos

que não estavam previstas na candidatura inicial, o que implica ajustamentos no GP e nos documentos que instruem a candidatura, que estão a ser concluídos, a que se seguirá nova proposta da AG e avaliação de qualidade por perito independente, após o que se procederá à submissão do GP à COM, prevista para o terceiro trimestre de 2017.

Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional.

A lista indicativa de grandes projetos que consta do texto do PO será ajustada, na medida em que o financiamento do GP relativo à "Aquisição de Meios Aéreos para Combate a Incêndios Florestais" não se concretizará. Com efeito, a sua operacionalidade só seria realizada com um mínimo de 3 meios aéreos, com um custo estimado de 141 milhões de euros, montante este substancialmente superior ao previsto na programação desta PI para esta finalidade: 50 milhões de euros. A única empresa construtora só poderá desencadear a produção para um mínimo de 12 aviões, o que atualmente não é possível. O custo da operação e manutenção de meios aéreos próprios é muito elevada – cerca de 10 milhões de euros/ano, pelo que a avaliação custo-benefício determina a não apresentação do Grande Projeto previsto no Programa - Meios Aéreos para Combate a Incêndios Florestais.

Relativamente à calendarização dos dois GP que se encontram em preparação para notificação à CE, a mesma foi ajustada:

Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta:

- Data prevista de notificação: 2017, 3º trimestre;
- Data prevista do início de execução: 2014, 1º trimestre;
- Data prevista de conclusão: 2019, 1º trimestre.

Sistema Integrado de Tratamento, Valorização e Destino Final dos Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel:

- Data prevista de notificação: 2017, 3º trimestre;
- Data prevista do início de execução: 2014, 1º trimestre;
- Data prevista de conclusão: 2019, 4º trimestre.

10.2. Planos de ação conjuntos

Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

Não aplicável.

Quadro 13: Planos de ação conjunta (PAC)

Designação do PAC	CCI	Fase de execução do PAC	Total dos custos elegíveis	Total de apoios públicos	Contribuição do PO para o PAC	Eixo prioritário	Tipo de PAC	Data de apresentação [prevista] à Comissão	Data [prevista] de início da execução	Data [prevista] de conclusão	Principais realizações e resultados	Total das despesas elegíveis certificadas à Comissão	Observações

Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

Não aplicável.

PARTE B RELATÓRIOS A APRESENTAR EM 2017 E 2019 E RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINAL [Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.os 3 e 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013]

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL (ARTIGOS 50.º, N.º 4, E 111.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

11.1. Informações da parte A e realização dos objetivos do programa (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	1 - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores
------------------	---

No final de 2016 encontravam-se aprovadas 27 operações, com um custo total elegível de 159,1 milhões de euros e um financiamento FC de 96,7 milhões de euros (taxa de compromisso de 17,9% e 12,8%, respetivamente). As operações aprovadas abrangem os seguintes domínios de intervenção (valores indicados respeitam ao CTE): Estudos para o desenvolvimento de novas tecnologias de produção de energia a partir de fontes renováveis: biomassa: 0,1 milhões de euros; Produção de energia hidroelétrica: 64,3 milhões de euros; Campanhas de sensibilização e promoção da eficiência energética na administração central: 1,1 milhões de euros; Campanhas de sensibilização e promoção da eficiência energética na habitação particular, da responsabilidade da ADENE (1,2 milhões de euros) e apoio, através do IFRRU2020 a medidas de eficiência energética na habitação particular associadas a intervenções de reabilitação urbana: 82 milhões de euros; Promoção da eficiência energética na área dos transportes através da aquisição de bicicletas para uso público e da promoção da mobilidade elétrica através da instalação/atualização de postos de carregamento de veículos elétricos: 10,5 milhões de euros.

O montante total de FC executado até 31.12.16 (97 mil euros) é ainda pouco expressivo e resulta apenas das despesas relativas às ações realizadas pela Entidade Gestora do IFRRU. A baixa execução decorre essencialmente dos seguintes aspetos: ainda não existir implementação no terreno dos projetos aprovados; no caso do Grande Projeto da Hidroelétrica da Calheta, não ter ainda sido possível a sua submissão à Comissão Europeia; o IFRRU2020 se encontrar ainda a preparar o processo de seleção dos intermediários financeiros. As operações aprovadas contribuem para as realizações associadas às Prioridades de Investimento seguidamente indicadas:

PI 4.1. Fomento da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis:

CO30 - Capacidade suplementar de produção de energia renovável

CO34 - Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa

As quantidades contratadas, reportadas a estes indicadores, resultam apenas do contributo do Grande Projeto “Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta”, que, à data de 31.12.16 não apresentava ainda execução. Ao nível do contratado, estes indicadores apresentam à data deste reporte, um grau de compromisso dos valores alvo definidos para as metas de 54% e 38%, respetivamente, em relação ao valor alvo. A implementação do Grande Projeto está condicionada à resposta da COM (DG COMP) sobre a pré-notificação de Auxílios de Estado que foi submetida em 31.05.17, a título de prudência jurídica, devendo observar-se o procedimento de *standstill* que não permite a realização de pagamentos de fundos ao beneficiário até à decisão da COM. Este aspeto é relevante, uma vez que esta operação é a que mais contribui para a performance destes indicadores. É de referir a proposta de revisão da meta final do Indicador CO30, de 56 MW para 46MW, pelos motivos referidos no Quadro 3A.

PI 4.3. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação:

CO31 - Número de agregados familiares com consumo de energia melhorado

CO32 - Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos

CO34 - Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa

À data de 31.12.16, o indicador de realização C032 não apresentava ainda operações aprovadas, uma vez que o 1.º Aviso para a Eficiência Energética na Administração Central só foi aberto em set.16, depois do cumprimento da CEA 4.1, da definição da Orientação Técnica relativa aos Apoios Reembolsáveis e da definição de Custos Padrão. Quanto aos indicadores C031 e C034, as quantidades contratadas resultam apenas do contributo do IFRRU2020, pelo que apresentam um grau de compromisso do valor alvo para a meta ainda baixo, respetivamente 20% e 3%. Considerando a evolução tendente ao enquadramento do apoio à Eficiência Energética no setor da habitação, através de instrumentos financeiros no âmbito dos FEIE (BEI), está a ser ponderada uma proposta de reafectação da verba não alocada até agora a este Objetivo Específico e a consequente revisão da meta final.

PI 4.4 Desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão

CO33 - Número adicional de utilizadores ligados a redes inteligentes

Esta PI ainda não tem qualquer implementação nem abertura de Avisos. Encontra-se em

ponderação a proposta de realocação de verbas para outras prioridades dentro do eixo prioritário.

PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação

O451 - Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica

O453 - Economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes

As quantidades contratadas relativas ao indicador O451 resultam do contributo das operações que visam a instalação e atualização tecnológica de 1.480 pontos de carregamento de veículos elétricos, evidenciando já uma ultrapassagem do valor-alvo (800). A meta deste indicador foi definida considerando o número de postos de carregamento e não de pontos, contrariamente à designação do indicador, pelo que o valor-alvo deverá ser revisto para ficar adequado à designação do indicador. Relativamente ao indicador O453, dadas as questões relacionadas com a notificação efetuada no âmbito de Auxílios de Estado, o Aviso para a apresentação de candidaturas só foi aberto em out.16, pelo que não existe ainda contributo para este indicador.

No que respeita ao contributo para os Indicadores de resultados e dado o baixo nível de implementação do eixo 1, os indicadores que capturam as mudanças induzidas pelas medidas adotadas nas diferentes vertentes das políticas públicas financiadas, ainda não são tributárias desse contributo. No entanto, as áreas de intervenção para as quais foram abertos Avisos para a apresentação de candidaturas e os seus termos estão claramente orientados para que o FC influencie a evolução daqueles indicadores, em linha com a implementação da política pública. Porém, existem alguns indicadores para os quais se pondera uma proposta de revisão da *baseline* e da meta, bem como, nalguns casos, da metodologia e da designação, o que poderá ser feito na primeira oportunidade de ajustamento do texto do PO.

R411E - Energias renováveis produzidas através de tecnologias apoiadas na produção de energia nacional - pondera-se a necessidade de ajustamento na designação do indicador, *baseline*, meta e metodologia, conforme indicado no Quadro 1. Verifica-se que o indicador está a revelar uma evolução positiva, apesar de ainda não estar a beneficiar do contributo do POSEUR, pelas razões já referidas.

R412E - Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica na RAM – pondera-se a necessidade de ajustamento na *baseline* e na metodologia, de modo a que o reporte da sua evolução seja considerado em valores normalizados, conforme Diretiva 2009/28/CE. Com a atualização da *baseline* para 22,91%, merece destaque a evolução deste indicador, com 27,52% da energia elétrica na RAM produzida através de recursos renováveis, e ainda sem o contributo para esta tendência do projeto financiado pelo POSEUR.

R432 - Consumo de energia primária nos edifícios da administração central – este indicador revela um acréscimo relativamente à evolução que se vinha a registar anteriormente.

*R433 - Consumo de energia primária na habitação (particulares) – pondera-se propor uma atualização na *baseline* e na meta, pois os valores apontados no PO são medidos em energia final e não em energia primária, sendo necessária a conversão para alinhar com a designação do indicador. Neste caso, e ainda sem qualquer contributo do PO, verifica-se uma evolução positiva na dinâmica de redução de consumos energéticos na habitação particular.*

R441 - Taxa de penetração de sistemas de contagem

R452 - Poupança de energia primária nas frotas de transportes públicos

Ambos os indicadores apresentam evoluções positivas, embora sem contributo de operações financiadas pelo POSEUR.

*R453 - Veículos elétricos – será proposta uma atualização da *baseline* deste indicador, para atualização da *baseline*, pois verificou-se que o valor indicado não capturava a totalidade dos veículos elétricos (incluindo plug-in): ligeiros de passageiros, de mercadorias, autocarros e motociclos, quando a meta já comportava este universo em linha com o definido no PNAEE. Destaca-se a evolução muito positiva do indicador, com o acréscimo de veículos elétricos em circulação em 2015, ainda sem o contributo das operações financiadas pelo PO, que estão em fase de implementação.*

Problemas relevantes na implementação do Eixo 1:

PI 4.1. A implementação do Grande Projeto está condicionada pela pré notificação de Auxílios de Estado submetida à COM em mai.17 para efeitos de segurança jurídica, com consequências ao nível do cronograma de execução, dado o procedimento de *standstill* a que esta pré-notificação obriga.

PI 4.3 A política pública de apoio à eficiência energética nos edifícios tornou-se uma das medidas de apoio ao investimento preconizada no Plano *Junker*, através do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos (FEIE), pelo que o financiamento da política com este enquadramento comporta uma perspetiva de intervenção mais estratégica e integrada, que não se limita à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável para autoconsumo, prevendo o apoio a outras intervenções. Atendendo à evolução para o enquadramento do apoio a esta política pública através de instrumentos financeiros FEIE/BEI, está a ser ponderada a proposta de reafetação da verba não alocada até esta data ao Objetivo Específico “Eficiência Energética na habitação particular”.

PI 4.4 Esta PI está ainda sem implementação e sem Avisos abertos. Encontra-se em ponderação a proposta de realocação da verba desta PI para outras prioridades dentro do eixo prioritário

Todos os aspetos referidos neste ponto contribuíram para que o nível de execução do Eixo 1 tenha sido em 2016 o mais baixo do PO, tendo, no entanto, sido adotadas as medidas necessárias à ultrapassagem das condicionantes verificadas e à abertura dos Avisos para a implementação das diversas PI.

Eixo prioritário

2 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos

Neste âmbito estão 130 operações aprovadas, com um custo total elegível de 196,3 milhões de euros e 166,8 milhões de euros de FC atribuído, representando uma taxa de compromisso de 41,6%, quer em relação ao CTE quer em relação ao Fundo programados no eixo. As operações aprovadas visam a realização de investimentos no âmbito da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima e à atividade humana, incluindo a proteção do litoral, proteção contra cheias e inundações, redução do risco de incêndios florestais, instrumentos de planeamento e monitorização, e ainda medidas para a redução de derrocadas em vertente, abrangendo o Continente e a RAM.

A execução financeira deste Eixo no final de 2016 ascendia a 30,6 milhões de euros de custo total elegível e 26 milhões de euros de FC, correspondentes a uma taxa de execução financeira de 6% e 6,5% do programado, respetivamente.

As realizações contratadas e efetivamente concretizadas, associadas a estes investimentos, são as seguintes:

PI 5.1. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas

O511 - Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos – O valor contratado deste indicador resulta do contributo de 23 operações que se encontram aprovadas, sendo já bastante superior à meta para 2023. Este indicador deve ser assinalado para efeitos de revisão, na primeira oportunidade de ajustamento do Programa que venha a ocorrer. Este ajustamento prende-se com o facto de, grande parte das operações serem apresentadas por CIM ou outras associações de municípios, no âmbito dos PDCT, o que tem impacto no custo unitário do plano por município abrangido, beneficiando do efeito de escala. A taxa de cumprimento face à meta no que diz respeito ao executado é ainda de 0%, pois a concretização dos projetos não é

faseada, pelo que só pode ser apurada quando os planos de identificação de vulnerabilidades e riscos se encontrarem concluídos.

PI 5.2. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes

CO20 - População que beneficia de medidas de proteção contra inundações – O valor contratado deste indicador resulta do contributo de 14 operações que se encontravam aprovadas. Tendo em conta que o grau de compromisso face ao valor alvo previsto para a meta para 2023 é na ordem dos 64%, considera-se expectável que o mesmo seja atingido no final do período de programação. Em termos de execução, ainda nenhuma operação contribui para este indicador, pois nenhuma operação se encontra ainda fisicamente concluída ou com contributo ainda que faseado para este indicador.

CO21 - População que beneficia de proteção contra incêndios florestais- O valor contratado deste indicador resulta do contributo de 48 operações que se encontravam aprovadas, contratadas ou em execução até final de 2016. Tendo em conta que o grau de compromisso face ao valor alvo previsto para a meta é cerca de 31%. Em termos de execução, o ponto de situação é semelhante ao apontado para o indicador CO20.

O521 - Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens - A quantidade contratada reportada para este indicador resulta do contributo de 27 operações que se encontravam aprovadas. Tendo em conta que o grau de compromisso face ao valor alvo previsto para a meta para 2023 é na ordem dos 86%, considera-se que a meta prevista será atingida. O contributo das intervenções já concluídas no âmbito de algumas das operações relevam para o progresso na execução deste indicador (10% do valor objetivo), em resultado das operações: Alimentação artificial da praia de Canide – Sul, Intervenções de Reforço da proteção costeira entre Póvoa do Varzim e Espinho e Reabilitação da Estrutura aderente de proteção da Praia da Granja, Vila Nova de Gaia.

O525 - Equipamentos aéreos adquiridos - Considerando a evolução verificada na implementação do OE “Redução dos incêndios florestais” da PI 5.2, existiram realocações de prioridades no âmbito desta PI/OE, sem alterações na alocação financeira, que conduzem à conclusão de que este indicador não será mobilizado com as intervenções a financiar, sendo desadequado no quadro de desempenho.

No que respeita aos indicadores de resultado mobilizados nos OE associados à PI 5.1 e 5.2, a sua evolução é a que se reporta no Quadro 1.

R511 Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos – Não existem ainda dados disponíveis sobre este indicador.

R522 Linha de costa continental em situação crítica de erosão - Verifica-se uma evolução positiva relativamente à diminuição da linha de costa em situação crítica de

erosão.

R524 Incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas - Continua a manter-se a tendência de evolução positiva deste indicador, mesmo considerando os ajustamentos explicitados no Quadro 1, relativamente aos valores reportados no REA 2014-2015. O número médio de incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas corresponde ao número de ocorrências ativas com duração superior a 24 horas, em que a duração se apura entre a data/hora de alerta e a data/hora da extinção (data e hora de saída do último recurso do teatro de operações, ou seja, inclui as fases: 1^a intervenção, dominado, rescaldo e vigilância pós incêndio).

Problemas na implementação do Eixo 2:

PI 5.2 No que respeita à aquisição dos meios aéreos, é de referir os seguintes aspetos que condicionam a sua concretização: a operacionalidade dos meios exige um número mínimo de 3 meios aéreos, com um custo estimado de 141 milhões de euros, montante este substancialmente superior ao previsto na programação desta PI para esta finalidade: 50 milhões de euros; a única empresa construtora só poderá desencadear a produção para um mínimo de 12 aviões, o que atualmente não é possível; o custo de operação e manutenção dos meios aéreos é muito elevado (cerca de 10 milhões de euros/ano), pelo que a ponderação destes aspetos conduz à não possibilidade de concretização do Grande Projeto previsto no Programa - Meios Aéreos para Combate a Incêndios Florestais e à não mobilização do respetivo indicador do quadro de desempenho, o que deverá ser tido em conta na primeira oportunidade de modificação do PO.

Eixo prioritário	3 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos
------------------	--

Neste âmbito estão aprovadas 368 operações, com um custo total elegível de 510,4 milhões de euros e um financiamento FC de 431,2 milhões de euros (taxa de compromisso de 41,5% e 41,3%, respetivamente). A taxa de execução financeira é de 2,1%, correspondendo a 25,8 milhões de euros de CTE e 21,9 milhões de euros de Fundo, para a qual relevam essencialmente as operações do Ciclo Urbano da Água e da Recuperação de Passivos Ambientais. As operações aprovadas respeitam aos seguintes domínios de intervenção (os valores referem-se a CTE): Ciclo Urbano da Água, na dimensão abastecimento de água para consumo humano: 56,4 milhões de euros e na dimensão gestão de água e conservação de água potável: 29,7 milhões de euros; Ciclo Urbano da Água, na dimensão saneamento de águas residuais: 230,8 milhões de euros; Valorização de resíduos domésticos: 58,9 milhões de euros; Gestão de resíduos domésticos: 83,7 milhões de euros; Conservação da Natureza e Proteção e promoção da biodiversidade: 5,9 milhões de euros; Proteção, restauração e utilização sustentável dos

sítios da rede Natura 2000:10,6 milhões de euros; Recuperação de passivos ambientais: 34,4 milhões de euros.

No que respeita aos indicadores de realização e resultado, existem alguns progressos, verificando-se no entanto situações de deficiente estimação de metas e de implementação de formas de apoio, que se indicam seguidamente:

PI 6.1. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

CO17 - Capacidade adicional de reciclagem de resíduos - A quantidade contratada resulta de 35 operações aprovadas e o grau de cumprimento do valor alvo previsto para a meta é de 49%. Considerando as operações que estão a aguardar aprovação, dependendo apenas da resposta pela DG COMP sobre a pré-notificação de Auxílios de Estado, é de prever que o valor alvo venha a ser ultrapassado, pelo que é de ponderar a revisão da meta, na primeira oportunidade de ajustamento do PO. Existe já um contributo de algumas intervenções concluídas, o que representa uma realização executada de 5%.

PI 6.2. Investimento no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

O621 – População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa - A quantidade contratada resulta de 132 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é de 42%. A realização executada é de 0,43%.

O623 - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em alta - A quantidade contratada resulta de 31 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é de 28%. Ainda não existem operações a contribuir para a execução deste indicador.

CO18 - População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água - A quantidade contratada resulta de 32 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é 3%. Não existe ainda qualquer execução efetiva. A implementação das operações na área de intervenção do abastecimento de água, relativas ao fecho de sistemas e a suspensão do IF para o financiamento dos projetos de eficiência na área do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, estando em avaliação pela tutela a sua não implementação, permitem concluir pela desadequação da mobilização deste indicador de realização para o quadro de desempenho.

6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas

verdes

0641 - Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos - A meta do PO será potencialmente atingida com a operação Desenvolvimento dos trabalhos preparatórios ao processo de designação de Zonas Especiais de Conservação – CART-PG RN2000, que corresponde à superfície terrestre dos Sítios da de Importância Comunitária (SIC RN2000) alvo de cartografia de habitats. O contributo das ações já concluídas para este indicador é de 1%.

CO23 - Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação - A quantidade contratada resulta de 8 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é de 92%, não existindo ainda operações que contribuam para a execução.

6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído

CO22 – Superfície total de solos reabilitados - A quantidade contratada resulta de 3 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é de apenas 0,8%, não existindo ainda ações concluídas que contribuam para esta meta. Pondera-se rever a meta programada, pois os pressupostos que levaram à sua definição não estavam corretos, uma vez que contemplavam a área total do passivo ambiental e não a área a ser objeto de intervenção.

O652 - Superfície total mineira reabilitada - A quantidade contratada resulta de 3 operações aprovadas e o grau de compromisso do valor alvo previsto para a meta é de 50%, existindo já cerca de 2 hectares reabilitados no final do ano.

No que respeita aos indicadores de resultado do Eixo 3, a evolução não é ainda tributária das operações cofinanciadas pelo POSEUR e revelam a tendência evidenciada no Quadro 1, nomeadamente:

R611 - Preparação para reutilização e reciclagem de RU no total de RU recicláveis

R613 - Redução da quantidade total depositada em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, face aos resíduos produzidos em 1995

Em ambos os indicadores, verifica-se uma evolução positiva na sua tendência face à meta definida.

R624 - *Melhoria da qualidade das massas de água superficiais (% nacional das massas de água que passou de qualidade "Inferior a Boa" a "Boa ou Superior")* – A informação disponível aponta para a manutenção na evolução do indicador.

R621 - *Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em baixa* - A evolução deste indicador é justificada pela crescente exigência da informação que deve ser reportada pelas entidades gestoras à ERSAR, que teve como consequência um ligeiro decréscimo do desempenho de algumas dessas entidades.

R622 - *Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) - Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em baixa* – sem evolução

R625 - *Índice das melhorias nos sistemas de Abastecimento de Água (AA) Indicador Global da Qualidade de Serviço - AA - Entidades gestoras em alta* - O indicador "Índice de melhorias" é determinado através do rácio entre o somatório do número de alojamentos existentes com avaliação satisfatória e o número total de alojamentos existentes localizados na área de abrangência das entidades gestoras. Com a reorganização do setor efetuada em 2015, através da agregação das Entidades Gestoras (EG) em alta, Portugal continental passou de 13 para 7 EG. O facto das extintas entidades gestoras com maior peso em termos do n.º de alojamentos, apresentarem avaliações insatisfatórias, influenciou de forma determinante o "índice de melhorias". Por outro lado, a agregação originou entidades gestoras de maior dimensão, pelo que qualquer redução da qualidade do serviço implica um maior número de alojamentos afetados. Os efeitos desta reorganização do setor, apontam assim para a ponderação de uma proposta de revisão da *baseline* e da meta deste indicador dada a alteração dos pressupostos da programação.

R626 - *Índice das melhorias nos sistemas de Saneamento de Águas Residuais (SAR) - Indicador Global de Qualidade de Serviço - SAR - Entidades gestoras em alta* - O indicador de realização "Índice de melhorias" é determinado através do rácio entre o somatório do número de alojamentos existentes com avaliação satisfatória e o número total de alojamentos existentes localizados na área de abrangência das entidades gestoras. Tal como no indicador anterior, a reorganização do setor efetuada em 2015, provocou efeitos que apontam para a ponderação de uma proposta de revisão da *baseline* e da meta deste indicador, dada a alteração dos pressupostos da programação.

R641 - *Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats*- o reporte é de seis em seis anos, portanto sem registo de evolução.

R652 - *Recuperação dos passivos ambientais industriais prioritários*- sem evolução

R653 - *Recuperação dos passivos mineiros/indústria extrativa* – verifica-se uma evolução positiva na sua tendência face à meta definida.

Problemas na implementação do eixo 3:

PI 6.1. Existem alguns constrangimentos nesta PI decorrentes da suspensão do processo de aprovação das candidaturas na área da Valorização de Resíduos Urbanos, decorrente da falta de resposta da DG COMP sobre o processo de pré-notificação do regime de Auxílios de Estado, processo que decorre desde jun.16. Este atraso que influencia a implementação das operações no terreno e afeta a evolução da performance do Eixo 2, quer ao nível da realização física quer ao nível da execução financeira, enquanto não existir resposta daquela DG.

PI 6.2 A avaliação da política pública e a definição de uma estratégia baseada na agregação e consolidação organizacional funcional que promoverá uma maior profissionalização e capacitação das Entidades Gestoras dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (EGSAASAR) e a obtenção de ganhos de escala e de capacidade de gestão, determina que a aplicação de um período e de um mecanismo de transição será mais adequado para responder às dificuldades do setor, às restrições à mobilização de Instrumentos Financeiros por parte das EGAASAR e às necessidades de investimento identificadas, estando em ponderação a não implementação do IF previsto que neste momento se encontra suspenso. Esta suspensão afeta a performance do indicador *População adicional servida pelas melhorias de abastecimento de água*, conforme referido anteriormente, sendo de ponderar a sua alteração na primeira oportunidade de ajustamento do PO.

Eixo prioritário

4 - Assistência técnica

No âmbito deste Eixo, foram já provadas 3 operações, com um custo total elegível de 25,8 milhões de euros e um financiamento FC de 21,9 milhões de euros de FC (taxa de compromisso de 44,3% do CTE e Fundo programados). As operações aprovadas destinam-se ao financiamento das atividades de gestão do POSEUR e dos seus Organismos Intermédios, abrangendo a preparação, execução, acompanhamento e controlo do Programa. A taxa de execução financeira é de 2,3% e 8,4%, quando considerados o CTE e o fundo, respetivamente, correspondendo a 4,9 milhões de euros de custo total elegível e 4,2 milhões de euros de fundo)

No que respeita aos indicadores de realização deste eixo, o contributo destas operações e da sua execução, revela-se da seguinte forma:

O.AT.13.E - Nível de desmaterialização de todos os processos e comunicações - A quantidade contratada deste indicador resulta do contributo das operações aprovadas, as quais não conseguem ainda convergir para o cumprimento da meta prevista (100%), pois existem ainda comunicações de alguns procedimentos de natureza administrativa que não são concretizados por via eletrónica. Todos os restantes atos de gestão do ciclo de vida das operações são tramitados através do Balcão 2020 e do Sistema de Informação do Programa (SISEUR).

O.AT.23.E - Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT – Embora a estrutura do PO preveja um número global de 83 trabalhadores (3 elementos da Comissão Diretiva e 80 elementos do Secretariado Técnico), até ao final de 2016, a estrutura integrava apenas 71 elementos, uma vez que estava ainda a decorrer o processo de recrutamento correspondentes às vagas por preencher. Prevê-se a completude do preenchimento da estrutura de Recursos Humanos do POSEUR em 2017. Dadas as limitações impostas pela legislação, o número de trabalhadores com salários cofinanciados pela AT, é para já, inferior a 90.

O.AT.4.E - Autoridades públicas que participam na gestão envolvidas em projetos de capacitação institucional – Estando prevista a participação de todos os trabalhadores da estrutura de missão em ações de formação durante o período de vigência das candidaturas aprovadas, em termo de execução, apurou-se uma taxa de participação de 56% que resulta de, no ano de 2016, 40 trabalhadores da estrutura de missão terem participado em ações de formação face aos 71 trabalhadores no total que integravam a estrutura de missão.

No que respeita ao indicador de resultado, *RAT9 - Taxa de erro verificada nas auditorias*, foi considerado não aplicável, pois no Relatório da Autoridade de Auditoria (IGF) de 2016, não ter sido apurada taxa de erro, por ser considerado um ano atípico, em que ainda não foram realizadas auditorias.

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspectiva do género nos programas operacionais e

nas operações (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea e), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

No âmbito das operações financiadas, existem algumas ações específicas que promovem a acessibilidade das pessoas com deficiência, destacando-se as seguintes:

- tendo como enquadramento as ações financiadas na PI 4.5 – Apoios a conceder à rede de carregamento da mobilidade elétrica, a entidade responsável pela instalação/atualização dos pontos e postos de carregamento de veículos elétricos de acesso público assegura que os monitores são colocados de acordo com as normas de mobilidade reduzida em vigor; - ao nível de algumas das ações relativas à proteção costeira (PI 5.2- Proteção do litoral), sempre que existem infraestruturas que visam, por exemplo, o reforço dos cordões dunares, as mesmas cumprem as condições regulamentares para a utilização por pessoas de mobilidade reduzida, que garantem a acessibilidade a todos os utentes (ex: Reforço do Cordão dunar na praia de Odeceixe); - destacam-se também as intervenções na rede de infraestruturas operacionais de proteção civil, no âmbito do Reforço da gestão face aos riscos da PI 5.2, que garantem condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, na esteira do cumprimento da legislação comunitária e nacional em vigor; - no caso da instalação de equipamentos de recolha seletiva, no âmbito das operações de valorização de resíduos (PI 6.1), algumas operações asseguram as condições de acessibilidade ao equipamento para pessoas com deficiência, através de deposição facilitada e de uma sinalética adaptada para invisuais (ex: Projeto integrado de recolha seletiva multimaterial no nordeste transmontano).

No que respeita à promoção da igualdade entre homens e mulheres e à não discriminação, de destacar as ações levadas a cabo na rede de infraestruturas referida anteriormente que integra a criação de camaratas e balneários femininos que não existem ou a existirem, são deficitários no que respeita às condições oferecidas. Deste modo, os agentes que operam nestas infraestruturas acedem, em igualdade, a condições de trabalho condignas e sem discriminação de género.

No que respeita a exemplos de medidas de integração dos objetivos da Igualdade de Oportunidades nas políticas públicas financiadas pelo POSEUR, relevam as seguintes: Nas operações relativas à PI 4.5, no âmbito do OE Eficiência Energética nos transportes públicos, foi estabelecido como critério de elegibilidade das operações relativas à aquisição de novos veículos de transporte coletivo de passageiros, que os mesmos devem ser homologados na categoria europeia M3, classe I, cumprindo com os requisitos para o acesso facilitado para pessoas com mobilidade reduzida; Nas operações relativas à PI 6.2., nomeadamente na área de intervenção do Ciclo Urbano da Água, um dos critérios de desempate das candidaturas no âmbito da avaliação de mérito, é a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata.

Participam ainda como membros efetivos com direito a voto no Comité de Acompanhamento do POSEUR, a Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas (MARP), como representante da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género (CIG) e a representante da organização Mulheres Século XXI – Associação de

Desenvolvimento e Apoio às Mulheres, na qualidade de organização não-governamental, responsável pela promoção da inclusão social, da igualdade de género e da não discriminação.

11.3. Desenvolvimento sustentável (artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

A aplicação do princípio do desenvolvimento sustentável e do objetivo da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, prevista no art 8º do Reg. (UE) nº 1303/2013, encontra-se assegurada desde a fase de programação do PO SEUR, através das PI mobilizadas para o PO e pela natureza das tipologias de operação definidas nos Eixos 1, 2 e 3, que contribuem, por definição, para o princípio do desenvolvimento sustentável. Também ao nível da definição dos critérios de seleção das operações, que são orientados para objetivos de desenvolvimento sustentável, são priorizadas as operações que têm um contributo mais relevante através da avaliação do respetivo mérito.

Para as operações serem elegíveis, as mesmas têm que observar as seguintes condições: Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência e Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, o que implicou a criação de instrumentos de trabalho orientados para a verificação se o projeto está sujeito à AIA ou a Avaliação de Incidências Ambientais, e onde se verifica por exemplo a aplicabilidade da AAE quando a operação consiste na elaboração de um plano ou programa e verificação da aplicabilidade da legislação ambiental em termos de licenciamento e autorizações. Ainda para garantir o cumprimento nas situações que recomendam um maior acompanhamento dada a sujeição a maior número de regras ambientais, o POSEUR recorre a outros instrumentos de controlo, como por exemplo a georreferenciação das operações, na medida em que, a localização das operações em áreas protegidas e classificadas, determina requisitos de elegibilidade mais estreitos em relação a alguns dos aspetos referidos anteriormente.

Tendo sido o POSEUR sujeito a uma avaliação ambiental estratégica, o Relatório Ambiental Final, Resumo Não Técnico e Declaração Ambiental estão disponíveis no Portal do Portugal 2020, bem como na página eletrónica deste Programa, tendo sido dado conhecimento às ONGA e às Entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).

No que respeita ao princípio do poluidor-pagador (PPP), a sua aplicação mais evidente decorre do estabelecimento de uma condição de elegibilidade das entidades beneficiárias quer na área do ciclo urbana da água, quer na área dos resíduos, que prevê que as entidades gestoras tenham que observar os requisitos mínimos da estrutura tarifária e do grau de recuperação de custos definidos pela ERSAR para assegurar a incorporação dos princípios do utilizador-pagador e da sustentabilidade económica e financeira dos serviços. Também na área da recuperação dos passivos ambientais

industriais e mineiros, a determinação da elegibilidade das operações a financiamento é condicionada pela impossibilidade de determinar o poluidor-pagador.

A AG do PO faz parte do Secretariado Executivo da Coligação para o Crescimento Verde (CCV) aprovada pela RCM n.º 28/2015 de 30 de abril, que institui uma rede de parceria para a implementação de iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os princípios da economia circular e de baixo carbono. A Rede para o Crescimento Verde, em fase de implementação, visa congrega os esforços das entidades nacionais com responsabilidades na área do ambiente e clima e das AG dos restantes PO, no sentido de serem definidas regras e critérios que promovam a seleção de projetos no âmbito dos FEEI que contribuam para este objetivo.

11.4. Informações sobre o apoio utilizado para os objetivos relativos às alterações climáticas (artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Eixo prioritário	Amount of support to be used for climate change objectives (EUR)	Proportion of total allocation to the operational programme (%)
1	129.908.288,35	17,16%
2	165.480.180,03	41,24%
3	15.703.970,82	1,50%
Total	311.092.439,19	13,81%

Relativamente aos 1.200 milhões de euros previstos como montante indicativo do apoio a atribuir ao cumprimento dos objetivos em matéria de alterações climáticas, até dezembro de 2016, o PO aprovou mais de 311 milhões de euros de fundo que contribuem para estes objetivos (quando consideradas as taxas médias dos eixos prioritários programadas), o que equivale a cerca de 26% do montante indicativo. No final de 2016, cerca de 41% do fundo comprometido, estava alocado a estes objetivos ficando aquém do previsto na programação (53%), o que se explica seguidamente. A análise efetuada no que se refere ao fundo comprometido, é sempre feita considerando a taxa média do eixo, de modo a ser possível a comparação com a programação.

No Eixo 1, cerca de 130 milhões de euros de fundo, estão alocados ao cumprimento destes objetivos, o que corresponde a 96% montante comprometido. Para este comportamento, contribuem essencialmente as operações aprovadas nos seguintes domínios de intervenção: 12 – “Outras energias renováveis (...)” com 55 milhões de euros e 14 – “Renovação do parque habitacional (...)” com 71 milhões de euros. Destacam-se as operações aprovadas relativamente ao Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta e ao IFRRU2020. AS operações aprovadas com contributo

para estes objetivos, representam, no final de 2016, cerca de 17% da dotação programada. O baixo nível de implementação do eixo 1 justifica este comportamento, no entanto, as áreas de intervenção já com montantes comprometidos contribuem quase na totalidade para objetivos de combate às alterações climáticas.

O Eixo 2, considerando os objetivos de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos pelo que 397 milhões de euros (99%) da sua dotação está alocada à persecução dos objetivos em termos de alterações climáticas. Com montantes aprovados apenas no domínio “87 - Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima (...)”, este eixo, tem no final de 2016 cerca de 41% do montante programado já comprometido em operações que contribuem para aqueles objetivos (o que representa praticamente a totalidade das operações aprovadas).

No Eixo 3, o avanço nesta matéria é menor, estando aprovado 1,5% do montante de fundo programado para este eixo que visa estes objetivos, percentagem esta muito inferior ao nível de compromisso global do eixo (42%). Neste eixo, o domínio que mais contribui para as alterações climáticas é a 21 – “Gestão de água e conservação de água potável (...)”, que tem um peso de 64% no montante de fundo aprovado, em linha com o previsto na programação, mas ainda assim, com um contributo relativamente baixo (10 milhões de euros) face ao previsto (78 milhões de euros) e que se deve essencialmente à não implementação do IF para a gestão eficiente da água, pelos motivos referidos no ponto 11,1 deste relatório. O segundo domínio com maior peso em termos de programação, é a 23 - Medidas ambientais destinadas a reduzir e/ou evitar emissões de gases com efeito de estufa (...)” com 15% do montante indicativo e que não tem candidaturas aprovadas pelos mesmos motivos referidos anteriormente. Os domínios 85 – “Proteção e promoção da biodiversidade, proteção da natureza (...)” e 86 – “Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios (...)”, ligadas à área da proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, têm um compromisso relevante com um peso de 13% e 23%, respetivamente, nos 15,7 milhões de euros aprovados (à taxa de eixo).

11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa

Progressos a 31 de dezembro de 2016 considerando o papel e contributo dos parceiros envolvidos na execução, monitorização e avaliação do Programa.

Comité de Acompanhamento – órgão por excelência de monitorização e acompanhamento do CA, constituído por parceiros diversos para além da AG, nomeadamente pelos parceiros económico e sociais e organizações relevantes da economia social e instituições de ensino superior, das entidades públicas mas relevantes para o PO e da sociedade civil. Este órgão multifacetado procedeu à aprovação dos critérios de seleção das operações, do plano de avaliação do POSEUR revisto em 2017, da estratégia de comunicação; do Relatório de execução de 2014-2015, acompanha a implementação dos instrumentos financeiros, nomeadamente no que respeita à avaliação-Ex-ante, o cumprimento das condicionalidades ex-ante e os grandes projetos.

Agência Portuguesa para o Ambiente - considerando que a APA prossegue, funções de Autoridade Nacional em áreas no âmbito das quais o Programa necessita de colaboração técnica, é parceiro privilegiado, prestando apoio nomeadamente no lançamento de Avisos e na análise de candidaturas, através da disponibilização de estudos e planos setoriais atualizados, análise de elegibilidades; emissão de pareceres prévios; análise de mérito e apreciação de situações de reprogramação de operações.

Direção Geral de Energia e Geologia - no âmbito das suas atribuições como entidade nacional com competências específicas no domínio da Energia, contribui para a definição, realização e avaliação da execução das políticas energéticas sendo também um importante parceiro para a prossecução dos objetivos do OT4, apoiando no lançamento dos Avisos, auxiliando na comprovação dos critérios elegibilidade, avaliação da elegibilidade e critérios de seleção e na fase de acompanhamento, com a análise aos contratos, relatórios intercalares e verificação da execução das operações financiadas.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – considerada Autoridade Nacional nos domínios da biodiversidade, conservação da natureza e florestas, é um parceiro fundamental, prestando apoio técnico no lançamento de Avisos, aplicação dos critérios de seleção e apuramento do mérito, monitorização da execução e aprovação de reprogramações e apoio técnico ao Plano de avaliação do POSEUR com a disponibilização de informação relevante na concretização da política pública.

Grupo de Trabalho dos Investimentos Locais – participação do POSEUR num grupo de trabalho com o objetivo de assegurar o acompanhamento e monitorização da implementação dos apoios ao investimento municipal pelo Portugal 2020, identificando obstáculos e propondo soluções para a sua resolução, em estreita coordenação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo em conta que o Programa apresenta um forte peso no apoio concedido a projetos de natureza municipal nos domínios de intervenção da área da sustentabilidade e uso eficiente dos recursos.

Também a articulação com o organismo intermédio, o IDR e a participação em diversas redes de articulação funcional como a Rede de Monitorização e Avaliação, Rede para as Dinâmicas Regionais e Rede de Comunicação, concretiza o envolvimento e ação efetiva dos parceiros na execução, monitorização e avaliação do Programa, contribuindo para a melhoria da sua performance.



12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A) E B), PRIMEIRO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na execução do plano de avaliação e seguimento dado aos resultados das avaliações

O Plano de Avaliação do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PA PO SEUR) cuja primeira versão foi aprovada em dezembro de 2015, foi revisto durante o ano de 2016, tendo essa revisão sido aprovada, em 22 de março de 2017, por processo de Consulta Escrita ao CA, após aprovação da revisão do Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) pela CIC PT2020 em 11 de janeiro de 2017.

As alterações constantes na revisão do PA PO SEUR relacionaram-se com as seguintes necessidades: Atualizar o calendário das avaliações a realizar; Densificar as Fichas de avaliação, sobretudo das avaliações a realizar em 2017 (revisão das questões de avaliação, aprofundamento das fontes de informação); Integrar os comentários da consulta escrita ao conjunto dos Planos de Avaliação dos PO com repercussões no PA POSEUR (p.e. inclusão do critério Valor Acrescentado Europeu); Incluir as avaliações de impacto em 2021/2022 referentes à atualização das avaliações de impacto QREN a realizar em 2017.

Durante o ano de 2016, a AG POSEUR participou nas atividades da Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (Rede M&A), em que foram produzidos pela AdC, IP (que coordena) com contributos dos PO, dois guias autónomos mas complementares do PGA PT2020, fundamentais para assegurar a transparência do processo avaliativo e a qualidade e utilidade dos exercícios de avaliação: “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações” e “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*)”.

O documento de “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações”, aprovado em maio de 2016 e com melhorias introduzidas numa nova versão de dezembro de 2016, assume-se como um guia orientador do processo de avaliação desde a tomada de decisão da sua realização até à aprovação dos produtos finais. Salienta-se neste documento o modelo de programa de concurso e de caderno de encargos para ser adaptado a cada estudo pelas diversas entidades responsáveis pelas avaliações, e duas ferramentas: uma onde se comparam as principais características-chave das principais abordagens de avaliação contrafactual e de avaliação baseada na teoria; outra sobre a gestão das avaliações na qual se apresentam instrumentos úteis ao lançamento dos concursos e ao acompanhamento dos estudos, nomeadamente, características dos procedimentos de contratação pública, *checklists* do processo de avaliação e de aferição da qualidade dos relatórios de avaliação.

O segundo documento, designado por “Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow up*)”, aprovado em julho de 2016, pretende potenciar o uso e utilidade das avaliações e apresenta ferramentas de apoio à operacionalização do processo de follow-up com o

objetivo de responsabilizar, planear, monitorizar e prestar contas sobre o uso das conclusões e recomendações das avaliações.

A AG do POSEUR tem participado nas reuniões da Rede M&A, tendo sido realizadas três reuniões em 2016 (6 de abril; 28 de junho; 14 de novembro) nas quais se refletiu e se consensualizaram os conteúdos dos dois documentos autónomos e complementares ao PGA PT2020 e do documento de revisão do PGA PT2020. No contexto destas reuniões, foram ainda realizados pontos de situação relativos às avaliações *Ex Post* promovidas pela Comissão Europeia, tendo duas delas sido objeto de apresentação específica (Avaliação *Ex Post* sobre “Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Infraestruturas Sociais” e Avaliação *Ex Post* sobre “Apoios à Integração de Grupos Desfavorecidos”).

Para além disso, em 2016 destaca-se a participação do POSEUR nas seguintes ações de capacitação em avaliação, promovidas pela ADC: - Apresentação para os participantes na Rede M&A das principais características e aspetos críticos de algumas abordagens do método de Avaliação Baseada na Teoria (14 de novembro); - *Workshop* de apresentação e debate sobre as conclusões do estudo “*ESF Supporting Youth in Portugal – CIE of Vocational Training and Traineeships*” (no seguimento do workshop realizado em 2015 sobre o método de Avaliação Contrafactual) dirigido aos participantes da Rede M&A, técnicos das agências públicas e avaliadores (28 de junho).

Quanto ao ponto de situação das avaliações previstas no PA PO SEUR, não estava prevista a realização de avaliações durante o ano de 2016. A AG do POSEUR realizou um exercício de análise das avaliações previstas para 2017, e em virtude de não se encontrarem reunidas as condições necessárias à realização daquelas avaliações, nomeadamente pelo facto das intervenções objeto de avaliação se encontrarem num nível de implementação ainda baixo (algumas áreas de intervenção abrangidas ainda sem Avisos abertos, p.e), foi decidido no âmbito da Rede de M&A, e refletido na revisão do PGA PT2020 de 2016 e no PA POSEUR, o adiamento da realização das seguintes avaliações:

37. Avaliação da implementação das intervenções no âmbito da eficiência energética (OT4)

tipo de avaliação: Processo; responsável: AD&C ou AG POSEUR;

Períodos previstos - elaboração CE: 2º semestre 2016; concurso: 1º semestre 2017; realização da avaliação: 2017

Períodos Revistos - elaboração CE: 2017; concurso: 2º semestre 2017; realização da avaliação: 2017/2018.

A AG do POSEUR encontra-se também a desenvolver todos os trabalhos preparatórios desta avaliação, em articulação com a AD&C e os restantes PO Regionais do continente

e das Regiões Autónomas envolvidos.

38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono

tipo de avaliação: Impacto - Avaliação Baseada na Teoria; responsável: AD&C ou AG POSEUR;

Períodos previstos - elaboração CE: 2º semestre 2017; concurso: 1º semestre 2018; realização da avaliação: 2018

Períodos Revistos - elaboração CE: 2018; concurso: 2º semestre 2018; realização da avaliação: 2018/2019.

39. Avaliação da implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas

tipo de avaliação: Impacto - Avaliação Baseada na Teoria; responsável: AD&C ou AG POSEUR;

Períodos previstos - elaboração CE: 2º semestre 2017; concurso: 1º semestre 2018; realização da avaliação: 2018

Períodos Revistos - elaboração CE: 2018; concurso: 2º semestre 2018; realização da avaliação: 2018.

Relativamente às Avaliações Globais nas quais o PO participa só se encontram previstas para 2018/2019, mantendo-se o seu cronograma. A Avaliação de Programa encontra-se prevista para 2017/2018 e as Avaliações Territoriais em que o PO está abrangido, destaca-se a Avaliação.

42. Avaliação dos processos de convergência e coesão territorial e efeito das medidas de discriminação territorial (e.g. baixa densidade) coordenada pela AD&C, com o cronograma previsto para 2017, encontra-se em fase de preparação do envio da Especificações Técnicas ao Grupo de Acompanhamento, do qual a AG do POSEUR participará enquanto membro.

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

A Estratégia de Comunicação do PO SEUR pretende assegurar o pleno cumprimento do normativo comunitário em vigor, nomeadamente o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e o Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014, assegurando o objetivo central de dar a conhecer o papel e os resultados da política de coesão e dos Fundos Estruturais junto do público em geral, bem como informar os beneficiários potenciais sobre as oportunidades de financiamento concedidas no âmbito do PO SEUR.

Esta estratégia, aprovada pelo CA do PO a 9 de julho de 2015, tem sido implementada de acordo com o previsto, e focada numa comunicação integrada, coerente, regular e personalizada, de forma a credibilizar as mensagens e dar notoriedade ao Programa e aos projetos que financia. O recurso às novas tecnologias de comunicação e a utilização de uma linguagem simples, próxima do cidadão, têm sido duas preocupações transversais a todas as ações de comunicação.

Assente numa base comum de contribuir para a perceção positiva da aplicação dos fundos da União Europeia em Portugal a AG do PO tem procurado, nas ações desenvolvidas, contribuir para os objetivos definidos e aprovados pelo Comité, a este propósito, nomeadamente:

1. Contribuir para a boa reputação da aplicação dos Fundos Comunitários do PT 2020 em geral e do PO SEUR em particular;
2. Aumentar a perceção do público em geral sobre o contributo do PO SEUR para a valorização do território, para o crescimento económico sustentável e o crescimento da Economia Verde no país;
3. Proporcionar uma boa acessibilidade ao Programa, por via da criação de instrumentos facilitadores da comunicação junto dos diversos públicos-alvo;

4. Tornar apelativos os suportes informativos do Programa, facilitando a interação entre a Autoridade de Gestão e os públicos-alvo, privilegiando uma comunicação sem barreiras, a simplificação de procedimentos, a desmaterialização e a transparência na gestão;

5. Estabelecer uma boa articulação estratégica com a gestão da comunicação do PT 2020 e com os Programas Regionais do Continente;

6. Contribuir para uma aproximação a todos os parceiros de gestão do PO, nomeadamente Estrutura de Missão, Organismos Intermédios, Comité de Acompanhamento e Rede para o Crescimento Verde, através da formação, avaliação e partilha de conhecimento e de resultados.

Salientam-se as atividades desenvolvidas no âmbito da Rede de Comunicação, na execução de Eventos Anuais Conjuntos, que no ano de 2015, privilegiou a televisão, na divulgação das oportunidades de financiamento e em 2016, as redes sociais e os sítios web. Destaca-se, neste trabalho colaborativo, a realização de uma campanha patrocinada do *Facebook* que teve como objetivo promover os projetos apoiados por fundos da União Europeia e mobilizar entidades para a apresentação de candidaturas a financiamento. A campanha decorreu por ocasião da comemoração do Dia da Europa e focou-se na gestão mediática de uma seleção de projetos emblemáticos nas áreas estratégicas do atual período de programação. Neste contexto foi também importante a realização do seminário Regras de Informação e Comunicação para Beneficiários dos FEEI 2014-2020, destinado às entidades gestoras e aos Organismos Intermédios, bem como a publicação da 2ª edição do Guia de informação e comunicação para beneficiários dos FEEI, com ferramentas que facilitam o cumprimento destas regras por parte dos beneficiários.

Em matéria de Indicadores de avaliação da Estratégia de comunicação 2015 e 2016, os números a apresentar são relevantes e estão distribuídos por diversas áreas de atuação, apresentando sempre os valores acumulados dos anos de 2015 e 2016. Durante estes dois anos, foram 40 os Eventos públicos organizados pelo PO, perfazendo um total de 23.404 participantes, incluindo 2 participações em exposições, feiras e/ou festivais. Em termos de Publicações e materiais produzidos, estes distribuíram-se entre 5 Materiais informativos - brochuras, folhetos, cartazes e 8 Materiais informativos – filmes. Destes também 5 foram distribuídos. Tendo como canal a Televisão, foram durante 2015 e 2016 produzidos 2 Programas e anúncios, utilizando apenas um canal para transmissão dos mesmos.

No que se refere a meios digitais, recorreu-se também a um só canal/suporte para transmissão de conteúdos.

Em termos de Imprensa, nacional e regional, houve um claro investimento, com um número total de 1139 notícias veiculadas sobre o PO SEUR na Imprensa, tendo estas um alcance de 5.35 M e um grau de favorabilidade de cerca de 3,4 numa escala de 1 a 5. O valor de Net AVE destas notícias veiculadas foi de 47,3 k. Ainda na Imprensa foram

produzidos pelo PO e inseridos 9 anúncios, utilizando para a sua divulgação 7 diferentes canais para um total de 9 inserções. Foram ainda produzidos e divulgados 16 Comunicados/Notas de imprensa.

O *website* institucional do PO recebeu um total acumulado de 472.939 visitas durante este período. Associado ao *website* está a criação e gestão de Newsletters e flashes enviados, que nestes dois anos contabilizou um total de 10 envios de diferentes Newsletters com conteúdos sobre o Programa para um total de 1.065 subscritores.

Relativamente às redes sociais, o PO SEUR teve neste período uma presença assídua nas redes Facebook, Twitter e Youtube. Com um total de 137 Publicações, o Programa obteve 6.042 gostos na sua página de Facebook. No Twitter totalizou 248 seguidores neste período e 12 subscritores no seu canal de Youtube, com um total de 5 vídeos publicados e 1.631 visualizações.

Uma comunicação de proximidade com os beneficiários foi um dos objetivos que pretendemos alcançar. A AG assegurou o desenvolvimento de ações específicas de apoio às atividades de comunicação da responsabilidade dos beneficiários, assegurando os esclarecimentos e realizando operações regulares de verificação e acompanhamento. Além do *website* e do *helpdesk* técnico especializado, via *e-mail* e telefone, a AG tem realizado várias ações de sensibilização sobre as regras de publicitação junto dos promotores. Implementou-se a prática de realizar eventos públicos de apresentação do PO, bem como sessões de esclarecimento na oportunidade do lançamento dos Avisos-Concurso, contribuindo desse modo para um melhor esclarecimento e consequente qualidade das candidaturas apresentadas. Neste âmbito foram realizados até 31 de dezembro de 2016, 40 Eventos públicos, 12 dos quais Sessões de Esclarecimento, envolvendo a participação de 23.404 pessoas. Foram ainda criados pela AG e disponibilizados no *website* do PO SEUR diversos Guiões relativos aos passos necessários para a submissão de uma candidatura no Balcão 2020, bem como a apresentação de Contratos e Pedidos de Pagamento. Foram também realizadas e disponibilizadas *FAQS* (perguntas mais frequentes) sobre a grande maioria dos Avisos-Concurso. No que concerne ao orçamento para a comunicação, A Estratégia de Comunicação previa um valor acumulado de 702,5 mil euros para os anos de 2015 e 2016 dos quais foram executados 369 mil euros (correspondendo a 52,5%).

**13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE (ARTIGO 50.º, N.º 4, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)
(PODEM SER INCLUÍDAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2016 - VER PONTO 9 SUPRA - OBRIGATÓRIAS NO RELATÓRIO A APRESENTAR EM 2017)
OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR**

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (ARTIGO 111.º, N.º 4, ALÍNEAS A), B), C), D), G) E H), SEGUNDO PARÁGRAFO, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

14.1. Progressos realizados na implementação da abordagem integrada de desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, ao abrigo do programa operacional

As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria (AP) configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020. Em concreto, o AP propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de PDCT. A concretização de PDCT, devidamente ancorados em estratégias de desenvolvimento territorial estabelecidas para as NUTS III (coerentes com a estratégia da respetiva NUTS II e de nível nacional) devem contribuir para a prossecução de OT e PI que no caso do POSEUR são os seguintes:

- OT 5: O apoio ao investimento para adaptação às alterações climáticas no âmbito da PI 5.1; a promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes no âmbito da PI 5.2, com uma dotação indicativa de 8 milhões de euros;
- OT 6: O apoio aos investimentos municipais, ou multimunicipais neste caso quando a geografia da intervenção é coincidente com a ITI, no âmbito dos resíduos (PI 6.1), e apenas para ações de educação e sensibilização ambiental, com uma dotação indicativa de 500 mil euros.

As Estratégias Integradas de Desenvolvimento territorial (EIDT) foram reconhecidas pelas respetivas Comissões de Avaliação, tendo nessa sequência sido publicado o Aviso Convite para a apresentação dos PDCT, que foram aprovados na sequência de um processo de seleção concorrencial envolvendo as CIM/Áreas Metropolitanas, da responsabilidade de uma Comissão constituída por representantes das AG, dos PO mobilizados, das CCDR, da AdC, IP, e por peritos exteriores a Administração Pública. Nesta sequência, o PO contratualizou com as 20 CIM e 2 Áreas Metropolitanas (AM) a concretização de investimentos no âmbito daquelas PI, que resultaram da aprovação das 22 EIDT.

Durante o ano 2016 foram abertos 11 avisos (9 para a PI 5.2 e 2 para a PI 6.1) para a apresentação de candidaturas, aplicável aos Eixos 2, PI 5.1. e PI 5.2.2 e Eixo 3, PI 6.1. Foram apresentadas 31 candidaturas no âmbito destes Avisos, tendo, até ao final de 2016, sido aprovadas 17 operações (6 na PI 5.1, 10 na PI 5.2 e 1 na PI 6.1), envolvendo um montante de fundo comprometido de 816 mil euros, 2.108 mil euros e 291 mil euros respetivamente e abrangendo já quase a totalidade das CIM/AM. As operações aprovadas subdividem-se nas PI já identificadas, em que se destacam:

- PI 5.1 - a execução de Planos Intermunicipais de AAC, que deverão ocorrer de uma forma articulada e numa lógica de complementaridade e sinergias; - PI 5.2.2. a implementação de sistemas de monitorização para a prevenção e gestão de riscos ao nível intermunicipal, incluindo projetos com componentes tecnológicas inovadoras que se constituem como ferramentas importantes à gestão e à tomada de decisão, permitindo a capacitação e a intervenção no território face a riscos específicos, numa perspetiva de resiliência às catástrofes;- PI 6.1. a realização de campanhas de sensibilização de educação ambiental na área da valorização dos resíduos.

Face ao montante programado por OT/Eixo, representa uma taxa de compromisso de 37% do montante programado para o OT5/Eixo 2 e de 58% do montante programado para o OT6/Eixo 3. Como as aprovações ocorreram no último trimestre do ano de 2016, naquele ano ainda não existia qualquer execução destas operações.

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do Estado-Membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos.

Ao nível da regulamentação

- Regulamento único para os FEEI - Estabelece as regras gerais de aplicação dos PO e dos PDR financiados pelos FEEI, compreendendo o FEDER, o FSE, o FC, o FEADER, FEAMP para o período de programação 2014 -2020 e Regulamento único para o domínio temático SEUR, que abrange as áreas de intervenção do POSEUR e dos PORegionais
- Utilização de minutas de Termo de Aceitação e notificação de propostas de decisão favoráveis/desfavoráveis em Audiência Prévia e notificação final de aprovação/indeferimento das candidaturas, comuns para os PO FEDER e Fundo de Coesão.
- Publicação de um calendário anual de avisos, abrangendo todos os PO Fundo de Coesão, FEDER e FSE, possibilitando a antecipação da preparação dos projetos para serem apresentados com grau de maturidade, facilitando a programação da atividade dos beneficiários.

Ao nível dos Sistemas de informação

- Pré preenchimento dos dados do beneficiário no processo de credenciação, com informação residente do sistema da AT, Segurança Social, Instituto Nacional de

Registos e IAPMEI (para o caso das empresas), e possibilidade de consulta da situação contributiva.

- Candidaturas e pedidos de pagamento *online* através do BU2020, através de formulários únicos para os projetos FEDER/Fundo de Coesão (públicos), estando a ser preparados desenvolvimentos para a desmaterialização de reprogramações, acompanhamento da execução física, relatórios finais.
- Notificação do SISEUR aos beneficiários, no caso dos módulos de pedidos de pagamento e contratos,
- Criação da conta corrente do beneficiário no Balcão 2020, permitindo que em qualquer momento, o beneficiário tenha acesso à informação mais atualizada sobre as operações.
- FAQ no BU2020 relativamente a várias questões transversais aos FEEI e no *site* do POSEUR, relativamente a questões específicas do PO, para facilitar harmonização de orientações para a correta instrução das candidaturas
- Sistema de suporte e notificação do PT 2020 - Simplificação do processo de esclarecimento de dúvidas para maior celeridade de comunicação com o beneficiário.
- Intercomunicabilidade com o Balcão 2020 – a AG do POSEUR desenvolve o SI em articulação com o SI PT 2020, permitindo deste modo a alimentação da conta corrente do beneficiário anteriormente referida, bem como a relação com a Autoridade de Certificação, com a possibilidade de envio da proposta de PPI e PP Final dos exercícios contabilísticos. Encontra-se já em desenvolvimento o envio da Proposta de Contas Anuais, bem como da informação para a monitorização mensal do PT2020 e as comunicações com o Sistema contabilístico de dívidas.

A AG do POSEUR participa em diversas redes de articulação funcional conforme ponto 11.5, sendo no âmbito desses fóruns, promovidas ações de capacitação para as AG em matérias relevantes em função da temática abordada em cada rede.

A AG tem promovido ações de capacitação interna através da participação em ações de formação e *workshops* temáticos, relativos a ACB, Instrumentos Financeiros e Auxílios de Estado, sendo que estas últimas áreas, pela sua novidade ou complexidade relevam para o bom desempenho do sistema de gestão e controlo, bem como a promoção de ações de capacitação dos beneficiários em matérias tão diversas como: requisitos específicos para a correta instrução de candidaturas nas diferentes áreas temáticas do PO, aspetos relevantes na contratação pública e correta instrução dos pedidos de pagamento, incluindo aspetos relacionados com a plataforma Balcão 2020.

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais.

Não aplicável.

14.4. Se apropriado, a contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas;

As stipulated by the Regulation (EU) No 1303/2013, article 27(3) on the "content of programmes", article 96(3)(e) on the "content, adoption and amendment of operational programmes under the Investment for growth and jobs goal", article 111(3), article (4)(d) on "implementation reports for the Investment for growth and jobs goal", and Annex 1, section 7.3 on "contribution of mainstream programmes to macro-regional and sea-basin strategies, this programme contributes to MRS(s) and/or SBS:

O contributo do POSEUR para Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico releva no que respeita à prioridade 2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro, e em três dos quatro objetivos aí referenciados, nomeadamente através do OT 5/PI 5.2 (Prevenção e Gestão de riscos de catástrofes) para o Objetivo 2.1; da PI 5.1 (Adaptação às alterações climáticas), PI 5.2 e do OT 6/ PI 6.4 para o Objetivo 2.2; e do OT4/ PI 4.1 para o Objetivo 2.4.

De destacar que no final de 2016, o PO tinha aprovadas operações que contribuem para o objetivo 2.2 da Estratégia, nomeadamente no âmbito da PI 6.4 e do OE Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos, com um fundo associado de 2,7 milhões de euros:

- uma da responsabilidade do município de Esposende em parceria com a Universidade do Minho - OMARE - Observatório Marinho de Esposende, com o objetivo de criar um sistema integrado de informação e monitorização da biodiversidade marinha do Parque Natural do Litoral Norte; e duas da responsabilidade da Liga para a Proteção da Natureza: Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – MARSW e Sistemas de informação e monitorização da biodiversidade marinha das Áreas Classificadas da Arrábida – INFORBIOMARES,

Para este OE também contribui a operação Radar Meteorológico da Região Autónoma da Madeira (RAM), no âmbito da PI 5.1, no âmbito do OE Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, sectoriais e territoriais, com um fundo associado de 2,9 milhões de euros, com os seguintes objetivos, entre outros: melhorar a qualidade e disponibilidade dos serviços meteorológicos na RAM, nos domínios da vigilância meteorológica e hidrometeorológica e da previsão a muito curto prazo, contribuindo assim para a salvaguarda de pessoas e bens e para uma gestão mais segura de inúmeras atividades socioeconómicas, face a fenómenos de tempo severo.

Como contributo para o objetivo 2.4, no âmbito da PI 4.1 e do OE Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo

assim a dependência energética, está aprovada uma operação da responsabilidade do LNEG, designada por OffshorePlan - Planeamento do Aproveitamento das Energias Renováveis Offshore em Portugal, com um fundo de 302 mil euros, que pretende, na área da Energia Eólica offshore e Energia das Ondas, criar ferramentas de planeamento otimizado para o sector.

- Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR)
- Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR)
- Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR)
- Estratégia da UE para a Região dos Alpes (EUSALP)
- Estratégia Marítima na Região Atlântica (ATLSBS)

Priority(s) and objective(s) that the programme is relevant to:

	Priority	Objective
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras
<input type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável
<input checked="" type="checkbox"/>	2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis
<input type="checkbox"/>	3 - Melhorar a acessibilidade e a conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica
<input type="checkbox"/>	4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico

Actions or mechanisms used to better link the programme with the Atlantic SBS

A. Are the Sea Basin Strategic coordinators (mainly National Coordinators, Priority Area Coordinators or members, and/or Objective coordinators or members) participating in the Monitoring Committee of the programme?

Sim Não

B. In selection criteria, have extra points been attributed to specific measures supporting the ATLSBS?

Sim Não

C. Has the programme invested EU funds in the ATLSBS?

Sim Não

Approximate or exact amount in Euro invested in the ATLSBS::

FEDER	
FC	5.902.000,00
FSE	
FEADER	
FEAMP	
quaisquer outros fundos	
nome de «quaisquer outros fundos»	

D. Obtained results in relation to the ATLSBS (n.a. for 2016)

--

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, se for caso disso

Não aplicável

14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.

Não aplicável

**15. INFORMAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA
(ARTIGOS 21.º, N.º 2, E 22.º, N.º 7, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)**

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO (OPÇÃO: RELATÓRIO INTERCALAR)

Informações sobre o contributo do programa para a realização da estratégia da União a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e respetiva avaliação. Informações sobre o contributo do programa para a realização da estratégia da União a favor de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, e respetiva avaliação.

--

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS — QUADRO DE DESEMPENHO (ARTIGO 50.º, N.º 2, DO REGULAMENTO (UE) N.º 1303/2013)

Se a avaliação dos progressos realizados no que diz respeito aos objetivos intermédios e às metas estabelecidos no quadro de desempenho demonstrar que alguns desses objetivos e metas não foram atingidos, os Estados-Membros devem referir as razões desse insucesso no relatório de 2019 (para os objetivos intermédios) e no relatório de execução final (para as metas).

--

Documentos

Título do documento	Tipo do documento	Data do Documento	Referência local	Referência da Comissão	Ficheiros	Data de envio	Enviado por
Resposta da AG à carta Ares (2017) 4089066, de 18/08/2017	Resumo para o cidadão	16/Nov/2017		Ares(2017)56333 18	PO SEUR_Retificações Adicionais ao REA PO SEUR_Resposta AG à COM	17/Nov/2017	nfacrsti
PO SEUR - Resumo para o Cidadão	Resumo para o cidadão	22/Jun/2017		Ares(2017)56333 18	PO SEUR_Resumo Cidadãos	17/Nov/2017	nfacrsti

Latest validation results

Severity	Code	Message
Informação		Versão do relatório de aplicação foi validada.